

MESTRADO
ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

DETERMINANTES DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS
EMIGRANTES PORTUGUESES NO MERCADO DE
TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO RENDIMENTO
MÉDIO BRUTO

MARIANA ALEXANDRA LOPES GUERRA

OUTUBRO - 2019

**MESTRADO EM
ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

DETERMINANTES DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS
EMIGRANTES PORTUGUESES NO MERCADO DE
TRABALHO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO RENDIMENTO
MÉDIO BRUTO

MARIANA ALEXANDRA LOPES GUERRA

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR JOÃO ALFREDO DOS REIS PEIXOTO

OUTUBRO - 2019

Agradecimentos

Ao Professor Doutor João Peixoto, quero deixar o meu enorme agradecimento. Pela orientação, pelo apoio constante, pela partilha de conhecimento, pelo profissionalismo e pelo interesse e dedicação que demonstrou desde início.

Ao Pedro Candeias, pela sua disponibilidade e partilha de conhecimento, que em muito contribuíram para o desenvolvimento da componente empírica da presente dissertação.

Ao Observatório da Emigração, pela disponibilização da base de dados relativa ao Projeto REMIGR, essencial para a concretização dos objetivos da presente dissertação.

À minha família e às minhas amigas, pelo apoio e incentivo ao longo de todo este processo.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional, pela compreensão, pelo incentivo e por todos os esforços que fazem para garantir a realização dos meus objetivos.

A todos vós, o meu sincero obrigada.

Resumo

Num novo contexto migratório internacional e após décadas de invisibilidade, a emigração portuguesa voltou ao centro das atenções, mediante o crescimento exponencial do número de saídas, a partir da década de 2010. Porém, não se trata só de números. O perfil dos novos emigrantes portugueses em muito diverge do perfil dos emigrantes do século passado e, por essa mesma razão, torna-se importante o desenvolvimento de estudos que visem compreender esta nova realidade migratória.

Nesta linha de pensamento, objetivou-se, no presente trabalho, a compreensão do processo de integração dos novos emigrantes portugueses no mercado de trabalho. Para tal, procurou-se apurar os fatores que atuam como determinantes do respetivo processo de integração, sendo este medido por via do rendimento médio bruto que os emigrantes auferem, e que influência (positiva ou negativa) têm sobre o mesmo. Relativamente aos dados, recorreu-se ao Projeto de Investigação REMIGR (2013-2015), que fornece um vasto conjunto de dados sobre os novos emigrantes.

Os resultados estimados permitiram concluir que a idade, o género, as qualificações, o capital social, o tempo de estadia e a língua do país de destino dos novos emigrantes são fatores que explicam significativamente o rendimento médio bruto dos mesmos. Ao nível das hipóteses, comprovou-se que ser do sexo masculino, ter um grau de ensino superior, viver há mais tempo no país de destino e residir num país de língua oficial portuguesa são atributos que afetam positivamente o rendimento médio bruto auferido pelos emigrantes, atuando como facilitadores do processo de integração no mercado de trabalho estrangeiro.

Palavras-Chave: emigração; integração; mercado de trabalho; rendimento

Abstract

In a new international migratory context and after decades of invisibility, Portuguese emigration went back to be the center of attention, due to the exponential growth in the number of departures, since the 2010 decade. However, it is not just about the numbers. The profile of the new Portuguese emigrants is quite different from the profile of the past emigrants and, for that reason, it is important to develop studies that aim to understand this new migratory reality.

Within this framework of thought, the main goal of this dissertation is to understand the process of integration in the labour market of the new Portuguese emigrants. To do so, several factors were tested as determinants of the respective integration process, measured by the average gross income of the emigrants. Their influence on the indicator (positive vs. negative) was also tested. The REMIGR (2013-2015) research project provided the data base for the analysis.

The estimated results revealed that age, gender, qualifications, social capital, years of residence and the official language of the destination country are determinants of the average gross income earned by the emigrants. Regarding the hypothesis, it was proven that being a man, having a tertiary educational level, living for more years in the country of destination and residing in a Portuguese speaking country, positively affects the average gross income earned by those emigrants, leading to conclude that those features act as an enabler of the integration process in the foreign labour market.

Keywords: emigration; integration; labour market; income

Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento Teórico	3
2.1. Teorias sobre migrações.....	3
2.1.1. Teorias explicativas baseadas no mercado de trabalho	3
2.1.2. Outras teorias explicativas	7
2.1.3. Teorias sobre integração no mercado de trabalho	9
2.2. Emigração portuguesa.....	13
2.2.1. Os movimentos migratórios ao longo do tempo	13
2.2.2. A nova emigração portuguesa	14
3. Metodologia	19
3.1. Inquérito REMIGR.....	19
3.2. Hipóteses	20
3.3. Variável dependente.....	20
3.4. Variáveis independentes.....	23
3.5. Análise de dados	24
4. Análise de Resultados.....	25
5. Conclusão	33
6. Bibliografia.....	36
7. Anexos	41
Anexo 1. Medidas de Integração no Mercado de Trabalho.....	41
Anexo 2. “Portugal no Sistema Migratório Internacional”	41
Anexo 3. Emigração portuguesa, entre 2000 e 2017.....	42
Anexo 4. Saldo migratório, entre 2007 e 2017, Portugal	42
Anexo 5. Estatística Descritiva da Variável RMB (Output SPSS)	43
Anexo 6. Tabela de Operacionalização das Variáveis Independentes	44
Anexo 7. Estatística Descritiva das Variáveis Independentes (Output SPSS)	45
Anexo 8. Regressão Linear Múltipla (Output SPSS).....	48
Anexo 9. Variação do RMB, em euros, por país.....	50

Índice de Tabelas

Tabela I. Hipóteses de estudo, descrição e autores de referência.....	20
Tabela II. Fatores Determinantes do RMB.....	25

Índice de Figuras

Figura 1. Evolução da emigração portuguesa, entre 2000 e 2017.....	15
Figura 2. RMB, em euros.....	22
Figura 3. RMB, em euros, por sexo dos indivíduos.....	27

1. Introdução

Num mundo em crescente globalização, os movimentos migratórios têm vindo a tornar-se cada vez mais seletivos, acelerados e diversificados. Mais seletivos porque, nos dias que correm, nem todos os indivíduos possuem os recursos necessários e suficientes para deixar o seu país de origem (Haas, 2007). Mais acelerados porque os volumes de migrantes são cada vez maiores e mais significativos (Czaika & Haas, 2014). Mais diversificados porque o perfil dos migrantes tem vindo a alterar-se e os movimentos têm vindo a tornar-se mais complexos (Castles, 2010). Por estas razões, e mais algumas, os movimentos migratórios são cada vez mais um elemento de debate social e político. Porém, mais do que um elemento de debate, as migrações são apontadas como ferramentas capazes de potenciar a transformação social, na medida em que afetam o rumo das estruturas sociais, económicas e políticas (Castles, 2010). Aqui se denota a importância das migrações para o mundo, tal como hoje o conhecemos.

Portugal é um claro exemplo desta enorme relevância dos fluxos migratórios: “(...) é virtualmente impossível pensar em Portugal sem abordar a emigração e a imigração e a forma como, em conjunto, modelaram a sociedade portuguesa ao longo do último século” (Góis & Marques, 2018:126). A citação enaltece, não só a importância dos fluxos para o Portugal contemporâneo, como também uma particularidade interessante: a simultaneidade dos fluxos de entrada e saída. Sendo considerado um país semiperiférico no sistema migratório mundial, Portugal tanto pode ser considerado um país emigratório, como imigratório.

Porém, a partir de 2011, no rescaldo da crise da dívida soberana, os fluxos de saída começaram a dominar a realidade portuguesa, tendo surgido uma vaga de *novos emigrantes portugueses*. Estes emigrantes procuravam fugir do cenário macroeconómico que se fazia sentir em Portugal e aliciavam-se pela possibilidade de atingir a satisfação

peçoal e profissional. Ao contrário dos seus predecessores, começaram a instalar-se em novos destinos, fora da União Europeia, nomeadamente Angola, Brasil e Moçambique, fazendo com que Portugal se integrasse em novos sistemas migratórios. Relativamente ao seu perfil sociodemográfico, também se denotam algumas diferenças, nomeadamente ao nível da idade e ao nível do grau de escolaridade, tratando-se de emigrantes mais jovens e mais qualificados.

Assumindo este novo contexto emigratório e num mundo em constante mudança, surge a questão de investigação: como se integram os novos emigrantes no mercado de trabalho estrangeiro? A pergunta mostra-se relevante, na medida em que a integração no mercado de trabalho é um dos principais pilares do processo de integração dos migrantes nos países de destino (OCDE, 2017). Assim, neste trabalho procura-se compreender e apurar quais os fatores que poderão explicar o processo de integração dos novos emigrantes, medido pelo nível de rendimento médio bruto. Para a estimação do modelo, recorrer-se-á à base de dados do projeto de investigação “Retorno ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa” (REMIGR)¹, que permitiu a recolha de informação detalhada sobre os novos emigrantes (Peixoto *et al.*, 2016).

Em termos de estruturação, a presente dissertação encontra-se subdividida em cinco pontos, sendo este o primeiro. O segundo trata do enquadramento teórico, onde se irão explorar as principais teorias sobre migrações e o perfil da nova emigração portuguesa. O terceiro capítulo corresponde à metodologia, onde se irão debater os aspetos operacionais do modelo a estimar. O quarto capítulo incidirá sobre a análise dos resultados estimados. Finalmente, surgirão as principais conclusões e as implicações dos resultados ao nível das políticas públicas.

¹ O projeto de investigação REMIGR, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, decorreu entre 2013 e 2015 e procurou compreender as características do novo movimento de emigrantes, focando-se na sua relação com o país de origem (Peixoto *et al.*, 2016).

2. Enquadramento Teórico

2.1. Teorias sobre migrações

2.1.1. Teorias explicativas baseadas no mercado de trabalho

Teoria Económica Neoclássica

“O homem era considerado um ser racional e, como *homo economicus*, respondia às pressões discerníveis por forma a maximizar as vantagens e minimizar o desconforto” (Jackson, 1991:19). Este é o ponto de partida para a análise da Teoria Económica Neoclássica: a decisão de migrar parte da racionalidade individual do agente económico que visa a maximização do retorno do seu capital humano (Jackson, 1991; Sjaastad, 1962). Nesta tomada de decisão, os indivíduos consideram uma análise custo-benefício. Do lado dos custos, entram custos monetários, tais como custos de transporte e de alimentação; do lado dos custos não monetários, entram os custos de oportunidade e custos emocionais que remetem para o facto de o indivíduo deixar a sua família e amigos para trás. Contrariamente, do lado dos benefícios, entram ganhos monetários, como o aumento do rendimento do indivíduo; ganhos em termos de maior poder de compra e maior produtividade e outros ganhos, não monetários, que se podem prender, por exemplo, com uma maior satisfação com o trabalho em si (Sjaastad, 1962).

Sjaastad (1962), ao expor estes benefícios, refere que a idade dos indivíduos e o seu género deve ser tido em consideração na análise, uma vez que poderão afetar o rendimento que os migrantes obtêm e os investimentos que fazem. Isto remete para o modelo do capital humano, uma das variantes desta teoria, que defende que a análise custo-benefício deve ser realizada tendo em conta o longo prazo, pois o retorno dos investimentos² no capital humano dificilmente se faz notar no curto prazo (Peixoto,

² Segundo Sjaastad (1962), a migração, a formação e a experiência são exemplos de investimentos que os agentes podem fazer.

2004). Segundo o modelo, as pessoas mais jovens são mais propensas a fazer investimentos na sua educação porque “a sua esperança média de vida mais elevada aumenta o valor presente do retorno esperado do investimento adicional relativamente a grupos mais velhos” (Sjaastad, 1962:88).

Este “processo racional de tomada de decisão”, por sua vez, responde a diferenças salariais entre países, sendo que os migrantes procuram zonas onde a taxa salarial é mais elevada (Jackson, 1991:22; Sjaastad, 1962). Assim, a migração ocorre de zonas onde os salários são mais baixos e as atividades menos produtivas, para zonas onde os salários são mais elevados e as atividades mais produtivas, ou seja, de zonas rurais para zonas urbanas - o que traduz uma das leis da migração de Ravenstein³ (Todaro 1969). Todaro (1969) acrescenta que havendo livre circulação de mão-de-obra, dar-se-ia lugar a eficiência económica, uma vez que o trabalho tornar-se-ia num recurso eficazmente alocado, *i.e.* transferir-se-ia mão-de-obra para onde esta seria necessária.

Verifica-se, deste modo, que existem fatores de atração que potenciam a migração, o que remete para outra variante da Teoria Económica Neoclássica que se trata do modelo *push-pull*. De acordo com Jackson (1991), e segundo o modelo de *push-pull*, existem fatores que atraem os indivíduos aos países de destino e, contrariamente, fatores de repulsão que afastam os indivíduos do seu país de origem. Dentro dos fatores de repulsão encontra-se, a título de exemplo, elevadas taxas de desemprego e salários baixos (Jackson, 1991). Já do lado dos fatores de atração, entram maiores rendimentos, melhor qualidade de vida e maior satisfação profissional (Peixoto, 2004; Triandafyllidou & Gropas, 2014). Segundo os autores King e Lulle (2016) e de acordo com o modelo de *push-pull*, a emigração dos indivíduos pouco ou nada qualificados é maioritariamente influenciada

³ A lei da migração de Ravenstein, em questão, dita que os “nativos das cidades são menos propícios à mobilidade do que os nativos de zonas rurais das cidades” (Ravenstein, 1885:1999).

por fatores de repulsão do país de origem, ao passo que o movimento dos mais qualificados é principalmente motivado por fatores de atração do país de destino.

Nova Economia das Migrações

A Nova Economia das Migrações dá um passo face ao pensamento anterior e passa a considerar a decisão migratória como uma decisão coletiva, *i.e.* do agregado familiar, e não individual. A migração, por sua vez, parte da necessidade de diversificação das fontes de rendimento do agregado familiar, controlando-se assim os riscos associados a uma perda bem-estar económica (Katz & Stark, 1986; Massey *et al.*, 1993; Stark & Bloom, 1985). A pobreza relativa e um desastre natural que ameace a cultura de sustento de um agregado são dois exemplos de riscos que potenciam a migração, segundo esta teoria (Katz & Stark, 1986; Stark & Taylor, 1991).

Estes riscos, por sua vez, decorrem de falhas de mercado, geralmente presentes em países menos desenvolvidos (Katz & Stark, 1986). Tais falhas podem encontrar-se, a título de exemplo, em países onde o mercado de seguros não abrange todos os cidadãos, colocando em risco o rendimento do agregado, ou em países onde os cidadãos não confiam nas instituições financeiras e, por isso, abstêm-se de colocar as suas poupanças no mercado de capitais (Katz & Stark, 1986; Stark & Taylor, 1991). Os sistemas de proteção social são também eles relevantes para esta teoria, na medida em que, em alguns países de origem, não há proteção em caso de desemprego e, por isso, os indivíduos, mesmo que desempregados, ganham em partir para outro país (Massey *et al.*, 1993).

Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado

A Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado ganha força com o desenvolvimento das sociedades industriais, no século XX. Segundo Piore (1979), um dos principais autores desta teoria, os movimentos migratórios não são potenciados por motivações individuais, que resultam de fatores de repulsão associados ao país de origem,

mas sim por necessidades estruturais, que atuam como fatores de atração associados ao país de destino. Tais necessidades decorrem do crescimento económico dos países mais desenvolvidos e traduzem-se numa escassez de mão-de-obra nesses países, o que obriga à procura por mão-de-obra migrante.

Esta procura, por sua vez, é influenciada pela segmentação do mercado de trabalho, que divide o mercado entre setor primário e setor secundário. Segundo Piore (1979:35), os migrantes ocupam os trabalhos do mercado secundário e os nativos ocupam maior parte dos trabalhos no mercado primário, havendo uma dicotomia entre “trabalhos de migrantes” e “trabalhos de nativos”. Posto isto, enquanto o mercado de trabalho secundário atrai mão-de-obra flexível e mais barata, o mercado de trabalho primário atrai mão-de-obra mais qualificada e com maiores exigências ao nível das condições de trabalho (Peixoto, 2004). Em relação ao mercado de trabalho secundário, persiste a precariedade, ilegalidade e discriminação, tratando-se, no geral, de trabalhos mais propícios à automatização, por serem predominantemente manuais (OCDE, 2017).⁴ Piore (1979), para este mercado, dá o exemplo de trabalhos na área da construção civil.

Apesar de se defender que o mercado primário é dominado pelos nativos, existem migrantes a ser recrutados para este setor, consoante as suas competências, sendo-lhes oferecidas condições iguais ou semelhantes à dos nativos (Peixoto, 2004; Piore, 1979). Nestes casos, os migrantes deixam-se atrair pela procura e também pelas condições favoráveis que lhes são oferecidas, sendo dotados de maior capital humano e social (Portes, 1995).

⁴ “O capitalismo, defende-se, necessitará sempre de pessoas dispostas a trabalhar em condições não satisfatórias e a aceitar trabalhos precários.” (Stalker, 2000:132).

Teoria dos Sistemas-Mundo

A Teoria dos Sistemas-Mundo deriva, precisamente, da diferenciação nos níveis de oferta e procura, segmentando o globo entre zonas periféricas e zonas centrais. Segundo esta teoria, nas zonas periféricas há maior oferta de mão-de-obra, especialmente pouco qualificada, e isso leva a que empresas de países mais desenvolvidos penetrem na economia dos países periféricos, à procura de mão-de-obra mais barata e mais flexível. Por contraste, nos países mais desenvolvidos, onde os salários são superiores, a oferta de mão-de-obra é mais escassa e isso induz, pois, à procura por mão-de-obra nas zonas periféricas (Petras, 1981). Desta dinâmica resulta, então, a deslocação de empresas transnacionais para países periféricos e a migração de indivíduos dos países periféricos para países centrais. Estes movimentos, na maior parte dos casos, partem de relações históricas, mais precisamente coloniais (Massey *et al.*, 1993).

2.1.2. Outras teorias explicativas

Outras teorias vieram colmatar uma das principais críticas apontadas às teorias explicativas das migrações assentes na perspetiva económica: quando se analisa o comportamento dos indivíduos, importa considerar não só os objetivos (económicos) de maximização da utilidade, como também os fatores sociais que influenciam toda a conjuntura da tomada de decisão (Portes, 1995).

Assim surge a Teoria das Redes Sociais. As redes sociais são definidas por Alejandro Portes (1995:22) como “pontes sociais que atravessam fronteiras nacionais”. No fundo, trata-se de estruturas sociais estabelecidas por indivíduos que se conectam através de laços familiares, culturais e afetivos. Estas estruturas, por sua vez, são uma forma de capital social, na medida em que permitem aos indivíduos o acesso a oportunidades, essencialmente imateriais, que, sem estas redes, não lhes seriam proporcionadas (Massey *et al.*, 1993). A título de exemplo, estas pontes permitem aos

migrantes o acesso a ofertas de emprego, sendo que os próprios empregadores enfrentam menores riscos de contratação, uma vez que a negociação assenta numa relação de confiança entre as partes (Portes, 1995).

Importa ainda ressaltar o trabalho de Mark Granovetter em relação aos laços sociais e à sua força. Granovetter (1973) procura criar uma ponte entre um nível macro (onde se situa, por exemplo, a mobilidade internacional) e um nível micro (onde se situam as relações interpessoais). Para tal, olha para as interações entre indivíduos, através de laços sociais que partilham, mais especificamente para a força dessas interações. Segundo o mesmo autor, “a força de um laço é uma combinação da quantidade de tempo, da intensidade emocional, da intimidade (...) e de serviços recíprocos que caracterizam o laço” (Granovetter, 1973:1361). Daqui decorre a dicotomia entre laços fortes e laços fracos, sendo os laços fortes caracterizados por relações mais longas, onde as partes envolvidas se conhecem bem; e os laços fracos caracterizados por interações pouco frequentes e onde há menor intimidade (Granovetter, 1973). Assim, dentro dos laços fortes podemos encontrar relações familiares e de amizade íntima e, dentro dos laços fracos, relações menos próximas de amizades não íntimas e meros conhecidos (Peixoto & Egreja, 2012). São, então, estes últimos laços que ajudam a moldar e a potenciar a mobilidade dos indivíduos, na medida em que permitem, tal como as redes, o acesso a oportunidades profissionais. Porém, os laços fracos, comparativamente aos fortes, aparentam ser mais vantajosos, uma vez que há maior difusão de informação entre as partes, e por isso são considerados pontes sociais (Granovetter, 1973). Não descurando a importância dos laços, a sua ausência mostra-se igualmente relevante, sendo que a entrada dos migrantes nas grandes empresas parte sobretudo de respostas a anúncios (Peixoto & Egreja, 2012).

2.1.3. Teorias sobre integração no mercado de trabalho

De acordo com Heckmann (2005), a integração dos migrantes no país de destino tanto pode ser vista como um processo, como um estado alcançado ou por alcançar. Em termos genéricos, trata-se de um processo de aceitação e inclusão dos migrantes nas instituições e nas relações que tomam lugar no país de destino (King & Lulle, 2016). Este processo, por sua vez, assume várias dimensões, sendo uma delas a que está relacionada com a integração dos migrantes no mercado de trabalho.

Este conceito tem implicações a nível das políticas públicas. Por exemplo, segundo um dos princípios básicos da política de integração dos imigrantes na União Europeia, “a empregabilidade dos migrantes é um fator chave para todo o seu processo de integração no país de destino” (CEU, 2004). Isto satisfaz o que é dito por King & Lulle (2016), quando defendem que a integração no mercado de trabalho serve de ponto de partida para todo o processo de integração.

Quanto à integração dos migrantes no mercado de trabalho, importa referir que se trata de um processo com várias etapas, sendo que cada etapa corresponde a uma medida/indicador dessa integração. Segundo Dahlstedt (2010), o primeiro passo para a integração corresponde à *taxa de atividade* e o segundo passo à *taxa de emprego*. De acordo com estas medidas, estar integrado significa estar ativo e/ou empregado no mercado de trabalho. Depois, em terceiro lugar, surge o *nível ocupacional*, que corresponde ao tipo de profissão que o migrante exerce e que, em última análise, se relaciona com a quarta dimensão – o *nível de rendimento* (Dahlstedt, 2010). Um dos principais obstáculos apontados pela OCDE (2017), relacionado com o nível ocupacional, respeita à sobrequalificação dos migrantes (falta de adequação entre o seu emprego e o seu nível de habilitações). Finalmente, é ainda possível avaliar o processo de integração

dos migrantes no mercado de trabalho através de outras *medidas complementares*, tais como o número de horas de trabalho.⁵

Ora, um dos fatores centrais para esta integração é o tempo: “o tempo é relevante quer para os migrantes, quer para a sociedade recetora, porque a integração é um processo de aprendizagem e a aprendizagem demora o seu tempo” (Heckmann, 2005: 17).

Chiswick (1978) percebe, desde cedo, a importância do fator tempo no sucesso do percurso migratório e coloca-o no centro da sua teoria sobre a integração no mercado de trabalho dos migrantes. Para o autor, este processo de integração assemelha-se a uma função quadrática em formato de U: o migrante, ao chegar ao país de destino, sofre uma quebra no seu status socioprofissional, mas com tempo e investimento começa a evoluir para a sua posição inicial (Chiswick, 1978; Chiswick *et al.*, 2005). No caso dos migrantes económicos, que partem de países com baixos salários para países com maiores salários e cujas competências não são perfeitamente transferíveis entre os mercados de trabalho, há declínio no seu status, pelo menos nos primeiros anos. Para os *tied movers*⁶, o declínio no status social é mais acentuado, o que significa que o seu ajuste ao mercado tem uma taxa de sucesso menor (Chiswick *et al.*, 2005). Existem, contudo, algumas exceções à regra. Por exemplo, se o migrante partir de um país de origem que partilha a mesma língua oficial do que o país de destino, então ele conseguirá, mais facilmente, transferir as suas competências e, consecutivamente, o seu declínio no status socioprofissional não será tão acentuado, ou poderá mesmo não existir (Adsera & Chiswick, 2007).

Chiswick (1978) demonstra, no seu estudo, que o tempo de estadia no país de destino é um fator significativo para explicar o rendimento dos migrantes, sendo que, com o tempo e com uma forte motivação, esse rendimento aumenta. Denote-se, contudo, que

⁵ Ver Anexo 1.

⁶ *Tied movers* é uma expressão que se refere aos indivíduos que migram por causa de outra(s) pessoa(s). Exemplo: mulheres que migram para se reagruparem com o(a) parceiro(a) num país de destino.

o tempo, *per si*, não resolve os problemas de integração: o tempo apenas dá tempo para que os migrantes aprendam a língua, os costumes e o funcionamento do mercado de trabalho do seu país de acolhimento, fatores cruciais para a subida do status socioprofissional.

A capacidade de transferência de competências, as qualificações, a idade dos migrantes e as redes sociais são outras variáveis significativas para a integração dos migrantes no mercado de trabalho (Chiswick *et al.*, 2005). Quanto maiores as qualificações/competências, menor a idade e mais fortes as redes sociais, maior o sucesso do processo de integração dos migrantes.

Alejandro Portes (1995) surge, uns anos mais tarde, com uma nova teoria sobre a integração dos migrantes no mercado de trabalho. Para o autor, o tempo e a capacidade de transferir competências são, de facto, fatores importantes para a integração no mercado de trabalho, mas não suficientes. O contexto social dos países de destino é igualmente importante para explicar este processo, uma vez que os fatores contextuais interagem com o capital humano e determinam até que ponto este pode ser empregue e/ou potenciado (Portes, 1995). No centro da sua teoria, situam-se termos anteriormente referidos, como capital social e redes sociais. Segundo o autor, o sucesso da integração dos migrantes no mercado de trabalho depende do seu capital social (e não apenas capital humano) e das redes sociais onde estão inseridos. Mediante Portes (1995) define três níveis de assimilação, dando assim forma à sua Teoria da Assimilação Segmentada. No primeiro nível, o capital social e os recursos dos indivíduos são mais elevados e isso potencia uma ascensão social, o que significa que os indivíduos conseguem penetrar, sem constrangimentos, na sociedade de destino, e assimilar a cultura que os recebe, sendo a sua cultura respeitada. A nível do mercado de trabalho, há também uma integração harmoniosa, sendo integrados em profissões similares às dos nativos. Um exemplo deste

nível de assimilação é dado por Portes & Zhou (1993): a integração dos europeus caucasianos, de classe média, nos Estados Unidos da América. O segundo nível de assimilação inclui os enclaves étnicos, caracterizados por pequenos empresários que abrem o seu próprio negócio no país de destino e/ou se inserem em negócios de outros imigrantes pré-instalados no país de origem. Neste caso, há um “rápido avanço económico com uma preservação deliberada dos valores da comunidade imigrante e uma forte solidariedade” (Portes & Zhou, 1993:82). Um exemplo emblemático deste nível de assimilação são as Chinatown. Finalmente, surge o nível de assimilação onde os recursos e o capital social dos migrantes são reduzidos e isso potencia a integração dos imigrantes num grupo social de “subclasse” (Portes & Zhou, 1993:82). Ou seja, estes são integrados num grupo onde prevalece a pobreza, discriminação social, desemprego, criminalidade e exploração. Assim sendo, poderá haver declínio ou estagnação na estrutura social, o que se vai perpetuando entre gerações.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, os migrantes dos primeiros níveis de assimilação têm uma integração de maior sucesso, ao passo que o último nível reflete uma integração precária, com elevado desemprego e situações de trabalho irregulares (Portes, 1995). É este último nível que corresponde, em larga medida, ao preenchimento de posições no segmento secundário do mercado de trabalho, como foi estabelecido pela Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado.

Portes define ainda três níveis de “recepção” dos imigrantes: políticas governamentais, opinião pública e sociedade, e comunidade étnica (Portes, 1995:26). As políticas governamentais tanto podem apoiar os migrantes, como criar obstáculos quer à sua chegada, quer à sua estadia. Se um país tiver políticas pró-imigração, a integração dos migrantes é facilitada. Do ponto de vista da opinião pública e sociedade, o cenário mostra ser o mesmo: se a opinião pública e a sociedade forem favoráveis à chegada e estadia de

imigrantes, o seu processo de integração é facilitado. Porém, se a opinião pública for hostil perante uma determinada etnia, isso coloca em risco a integração dos migrantes afetados. Finalmente, os recursos que são disponibilizados pelas redes sociais (materiais e/ou morais) tanto podem potenciar a integração como dificultá-la (Portes & Zhou, 1993; Portes, 1995). Se todos os níveis se mostrarem favoráveis, os imigrantes integram-se de forma harmoniosa, mas se algum (ou todos) dos níveis de receção se mostrar hostil, então o processo de integração será dificultado.

Apesar de tudo, a teoria de Alejandro Portes tem vindo a ser colocada em causa dado que, primeiro, mostra-se “(...) demasiado pessimista perante certos grupos (...)” e, segundo, é difícil aplicá-la aos contextos históricos e geográficos da migração internacional contemporânea (King & Lulle, 2016:56).

Finalmente, ressalva-se a importância do género na matéria da integração. A migração no feminino tem-se vindo a tornar cada vez mais independente, sendo que o retorno das qualificações, após a emigração, mostra-se por vezes superior no caso das mulheres, face aos homens (Adsera & Chiswick, 2007). Porém, Ronald Oaxaca (1973) aponta para as diferenças salariais entre homens e mulheres, que decorrem do posicionamento das mulheres em trabalhos com salários mais baixos e dos efeitos da discriminação de género. Segundo a Comissão Europeia (2017:19), “mulheres imigrantes são um recurso subutilizado de competências e criatividade”, apontando-se para o facto de as mulheres atravessarem maiores dificuldades no seu processo de integração no mercado de trabalho.

2.2. Emigração portuguesa

2.2.1. Os movimentos migratórios ao longo do tempo

Desde inícios do século XX que se regista um constante movimento de saída de portugueses para outros países de destino, destacando-se o final da década de 1960 e

princípios da década de 1970 como uma era de forte emigração (Baganha, 1999). A partir da década de 1980, os fluxos invertem-se: a emigração começa a diminuir e a imigração a aumentar. Porém, apesar da diminuição, os movimentos de saída nunca deixaram de estar presentes (OEm, 2018a). Na verdade, a emigração portuguesa, a partir desta altura, começa a assumir novos destinos; novas formas de mobilidade, nomeadamente com o aumento das saídas temporárias; e novos contextos institucionais e políticos, nomeadamente com a entrada de Portugal na CEE (Baganha, 1999; Marques, 2010). Em termos sociodemográficos, estes emigrantes eram predominantemente do sexo masculino, em idade ativa e moviam-se por motivos económicos (Baganha, 1993). Com o virar do século, os valores da imigração mantêm-se acima dos valores da emigração, mas após a crise económica de 2008, os fluxos invertem-se, dando lugar ao que se denomina de nova vaga de emigração (ponto 2.2.2., a seguir).

Até aos dias de hoje, Portugal continua a ser encarado como um regime migratório misto, dado que combina movimentos de saída e entrada de indivíduos (Peixoto, 2007). Com a sua economia de nível intermédio e servindo de ponte entre países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos, em termos de movimentos migratórios, Portugal ocupa uma posição semiperiférica, segundo a teoria do sistema-mundo (Góis e Marques, 2009). Integra, assim, vários sistemas migratórios: o Sistema da Europa Ocidental; Sistema Norte-Americano; Sistema Sul Americano e, finalmente, Sistema Africano⁷.

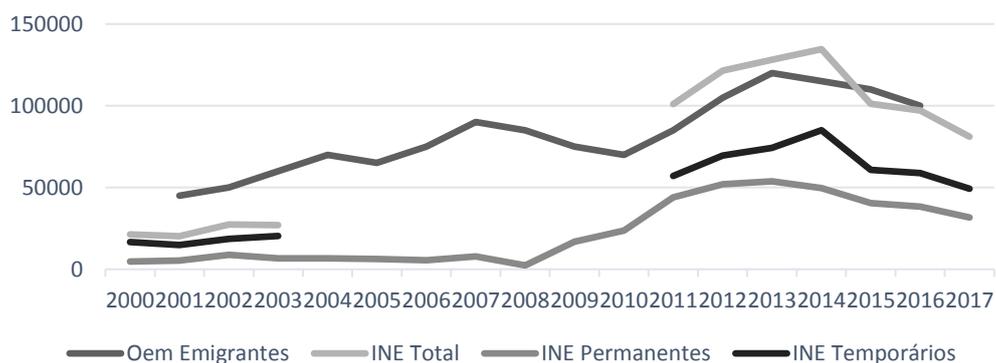
2.2.2. A nova emigração portuguesa

A nova emigração portuguesa começa a ganhar força quando se dá a crise económica mundial de 2008, em especial quando o modelo económico dos países da Europa do Sul começa a dar sinais de enfraquecimento (Malheiros, 2011). Assim, a partir de 2011, com a crise da dívida soberana, os cidadãos portugueses vêem-se obrigados a

⁷ Ver Anexo 2.

votar com os pés, ou seja, a abandonar o seu país, fugindo assim de toda a conjuntura económica negativa que se fazia sentir⁸ (Triandafyllidou & Gropas, 2014). Contrariamente, deixavam-se atrair pela possibilidade de atingirem maior satisfação pessoal (ex.: maior proteção social) e profissional (ex.: progressão de carreira), nos países de destino (Ganga *et al*, 2018; Cerdeira *et al*, 2016).

Figura 1. Evolução da emigração portuguesa, entre 2000 e 2017



Fonte: elaborado a partir de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e Observatório da Emigração (OEm).

A Figura 1 ilustra a evolução da emigração portuguesa entre 2000 e 2017 e permite evidenciar o aumento do valor das saídas a partir de 2011. Ao somar o total de saídas ocorridas entre 2011 e 2014, verifica-se que mais de 40 mil pessoas emigraram no período de referência e a esse fenómeno deu-se o nome de nova emigração portuguesa.⁹ A análise ao saldo migratório¹⁰ revela valores abaixo de zero de 2011 a 2016 (inclusive), querendo isto dizer que, no período considerado, o número de emigrantes excedeu o número de imigrantes, sinal de uma nova era em que as saídas se sobrepuseram às entradas. O valor destas saídas atinge um pico, entre 2013 e 2014, e a partir daí assume uma “tendência de descida sustentada” (OEm, 2018b:23).

⁸ Nomeadamente, um mercado de trabalho com relações laborais precárias, instabilidade e elevadas taxas de desemprego, e um agravamento das desigualdades económicas (Lopes, 2014 e Marques e Góis, 2016).

⁹ Ver Anexo 3.

¹⁰ Ver Anexo 4.

A análise à Figura 1 permite ainda retirar outras conclusões. A primeira relaciona-se com a quebra de série, entre 2004 e 2010, que se deve ao facto de o próprio INE não ter desenvolvido instrumentos que permitissem a medição e registo dos movimentos de saída¹¹ (Malheiros, 2011). Isto não só é causa, como consequência do processo de invisibilização da emigração. A segunda conclusão prende-se com um problema metodológico das migrações: as várias fontes estatísticas assumem definições diferentes para um mesmo conceito. Enquanto o INE divide o conceito de emigrante entre aquele que abandona o país para permanecer no país de destino durante mais de um ano (emigrante permanente) ou menos de um ano (emigrante temporário); o OEm produz a sua informação através de dados dos países de destino, que têm critérios diferentes para a definição de imigrante (Peixoto *et al.*, 2016). Por esta razão, as fontes revelam valores diferentes para a emigração portuguesa, no mesmo espaço temporal.

Caracterização sociodemográfica

Os estudos sobre nova emigração portuguesa desenham o perfil do novo emigrante como mais qualificado do que o emigrante das décadas de 1960/70 e com igual probabilidade de ser homem ou mulher (Cerdeira *et al.*, 2016; Oliveira & Neves, 2017).

Quanto à idade, dados do projeto REMIGR confirmam a emigração tendencialmente mais jovem na Europa e vão mais além, revelando que, nos países fora da Europa, a idade média dos emigrantes é superior (Peixoto *et al.*, 2016). Existem ainda dois pontos importantes a salientar: (1) continuam a persistir saídas de emigrantes de todos os escalões etários e (2) os emigrantes portugueses atravessam um processo de envelhecimento, tal como os residentes (Góis & Marques, 2018; OEm, 2018b).

Quanto à distribuição por sexo, evidencia-se que as mulheres estão cada vez mais presentes nos fluxos emigratórios (Góis & Marques, 2018). Todavia, segundo o projeto

¹¹ O problema metodológico já teria sido apontado, no século XX, pela autora Maria I. Baganha (1999).

REMIGR, nos países europeus há mais mulheres emigrantes do que nos países fora da Europa, onde predomina a emigração no masculino. Os autores (Peixoto *et al.*, 2016) encontram justificação no facto de os países europeus serem destinos consolidados da emigração portuguesa, o que incrementa os reagrupamentos familiares e as emigrações em família. Por outro lado, nos países fora da Europa, a inserção profissional em “setores de atividade tendencialmente mais masculinizados”, a insegurança e a precariedade dos serviços públicos são apontadas como fatores que retraem a emigração no feminino (Peixoto *et al.*, 2016:52).

Sobre as qualificações dos novos emigrantes, importa começar por referir que o panorama português se alterou bastante: o número de residentes sem qualquer grau de escolarização desceu drasticamente e o número de indivíduos com ensino superior aumentou (INE, 2014). Atendendo a esta mudança estrutural, faz sentido que o mais recente fluxo emigratório seja visto como o mais qualificado de sempre, já que toda a população é também a mais qualificada de sempre (Oliveira & Neves, 2017). Porém, errar-se-á ao assumir que o fluxo emigratório, como um todo, é altamente qualificado, pois a realidade espelha uma clivagem. Por um lado, existe um fluxo de emigrantes mais jovens, mais qualificados, que migram para novos destinos, dentro e fora da Europa (ex.: Reino Unido, Angola e Brasil)¹²; e, por outro lado, existe um fluxo maioritário de emigrantes mais velhos, com menos qualificações, que partem para países considerados destinos tradicionais da emigração portuguesa (ex.: Luxemburgo e França) (Cerdeira *et al.*, 2016; OEm, 2018; Peixoto *et al.*, 2016).

¹² Uma particularidade da nova emigração portuguesa é a partida dos novos migrantes para destinos com “cariz cumulativo, estrutural e histórico”, nomeadamente Angola, Moçambique e Brasil (Lopes, 2014:7).

Integração no mercado de trabalho

Atendendo aos dados do projeto REMIGR, 86,8% da amostra encontrava-se em situação de empregabilidade (empregado com/sem contrato a termo; trabalhador por conta própria com/sem empregados); 3,8% encontrava-se em situação de desemprego e a restante percentagem dividia-se entre estudantes, domésticos, reformados e ainda outras situações (Peixoto *et al.*, 2016). Isto evidencia que os emigrantes estão, em geral, a ser bem-sucedidos no primeiro patamar de integração.

Em termos de inserção profissional, os migrantes continuam a dominar aquilo que a OCDE denomina de trabalhos rotineiros (OCDE, 2017), mais suscetíveis à automatização do mercado laboral. Não obstante, a nova emigração portuguesa assume um perfil dicotómico: um segmento de emigrantes menos escolarizado, que se insere em categorias profissionais menos qualificadas (ex.: construção civil e indústria), e um outro segmento de emigrantes mais qualificado, que se insere em grupos profissionais de escalão superior (ex.: especialistas das profissões intelectuais e científicas) (Malheiros, 2011; Oliveira & Neves, 2017). Cruzando com as novas trajetórias, o primeiro perfil de emigrantes tem maior peso em países com historial emigratório mais antigo (ex.: Luxemburgo) e o segundo grupo está mais presente em países com historial emigratório mais recente (ex.: Reino Unido) (Malheiros, 2011; Peixoto *et al.*, 2016). Sobre os principais destinos fora da UE-28, nomeadamente Angola e Moçambique, a “migração de empreendedores, quadros de empresa e quadros técnicos expatriados” foi substituída por “uma emigração de trabalhadores qualificados e semiqualeificados” (Góis & Marques, 2018:140). Ainda dentro do nível ocupacional, verifica-se que os novos emigrantes tendem a apresentar um percurso estacionário, ou seja, mantêm-se classificados no mesmo grupo profissional, mesmo depois do ato migratório (Peixoto *et al.*, 2016:59).

Quanto aos ganhos monetários (a aprofundar no capítulo seguinte), “a emigração implica um incremento de mais de 1000€ no rendimento” (Peixoto *et al.*, 2016:60).

3. Metodologia

3.1. Inquérito REMIGR

No presente trabalho final de mestrado procura-se explorar fatores explicativos da integração dos emigrantes portugueses no mercado de trabalho estrangeiro, com base nas teorias previamente mencionadas. Para tal, recorrer-se-á a uma base de dados disponibilizada pelo Observatório da Emigração, fruto do Projeto REMIGR. Através de inquéritos por questionário *online* e em papel, os autores do projeto (Peixoto *et al.*, 2016) conseguiram recolher um total de 6086 casos válidos para estudo, disponíveis na referida base de dados REMIGR. O estudo tomou lugar entre 2013 e 2015.

Algumas limitações podem ser apontadas à base de dados do projeto, nomeadamente: a amostra não pode ser extrapolada, pois não é representativa da realidade emigratória¹³; o total de respostas é altamente enviesado pela grande percentagem de respondentes emigrados no Reino Unido; a análise agregada dos países não faz transparecer a heterogeneidade intrínseca; e, finalmente, não é possível apurar se as respostas são afetadas por fatores contextuais ou se resultam, simplesmente, de características individuais (Peixoto *et al.*, 2016).

Da mesma forma, algumas desvantagens decorrem da metodologia adotada, mais precisamente dos inquéritos *online*, que abrangeram 72,8% dos inquiridos. Apesar de ser considerado um método menos dispendioso e mais prático, os inquéritos *online* envolvem um menor controlo sob os inquiridos, o que, em última análise, pode resultar numa amostra e resultados enviesados (Roztock, 2001). Tal requer, pois, um maior cuidado no tratamento dos dados.

¹³ Os dados recolhidos pelo projeto REMIGR evidenciam uma amostra maioritariamente qualificada, o que não corresponde à realidade emigratória portuguesa (OEm, 2018).

Do lado das vantagens, encontra-se o elevado número de casos que, apesar de não garantir a representatividade da amostra, mostra-se substancial para um estudo sobre migrantes (N=6082); o elevado número de variáveis (mais de 100), que permite uma profunda análise sobre a amostragem; a abrangência espacial do inquérito, permitido pela sua aplicação *online*, que inclui mais de uma centena de países; e, ainda, a aplicação complementar do inquérito de modo presencial, promovido por equipas que se deslocaram ao terreno, em seis países de estudo (Luxemburgo, França, Reino Unido, Angola, Brasil e Moçambique).

3.2. Hipóteses

Tabela I. Hipóteses de estudo, descrição e autores de referência

Hipóteses	Descrição	Autores de referência
H1	<i>Mulheres emigrantes auferem um menor nível de rendimento, face aos homens emigrantes.</i>	Oxaca, 1973.
H2	<i>Quanto mais jovens, maior o nível de rendimento dos novos emigrantes portugueses.</i>	Chiswick, 1978; Chiswick <i>et al.</i> , 2005; Sjaastad, 1962.
H3	<i>Quanto maior o tempo de estadia no país de destino, maior o nível de rendimento dos novos emigrantes portugueses.</i>	Chiswick, 1978.
H4	<i>Quanto maior o capital social, maior o nível de rendimento dos novos emigrantes portugueses.</i>	Granovetter, 1973; Portes & Zhou, 1993; Portes, 1995.
H5	<i>Emigrantes com ensino superior apresentam um nível de rendimento acima dos emigrantes sem escolaridade ou com um nível de escolaridade abaixo do ensino superior.</i>	Adsera & Chiswick, 2007; Chiswick <i>et al.</i> , 2005.
H6	<i>Emigrantes a residir em países de língua oficial portuguesa apresentam um nível de rendimento superior aos emigrantes a residir em países de língua oficial estrangeira.</i>	Chiswick, 1978; Chiswick <i>et al.</i> , 2005.

Fonte: elaborado pela autora.

3.3. Variável dependente

Retomando o que se expôs no enquadramento teórico, sabe-se que a integração no mercado de trabalho é uma variável pluridimensional. Contudo, por motivos de

operacionalização dos modelos estimados¹⁴, considerar-se-á somente a dimensão “nível de rendimento”. Dito isto, recorrer-se-á à variável que mede o rendimento médio bruto dos inquiridos, em euros, no país de destino como *proxy* para a medição da integração dos mesmos no mercado de trabalho. Esta opção metodológica encontra suporte teórico em alguns estudos, dos mais antigos aos mais recentes, destacando-se o artigo do autor Barry Chiswick (1978) e o subcapítulo do autor Inge Dahlstedt (2010).

Posto isto, e tendo em conta a base REMIGR, a variável “*Em relação ao seu rendimento mensal bruto, poderia indicar o valor médio que recebia antes de emigrar e o valor médio que recebe atualmente? (por favor, faça a conversão aproximada para euros) -Atualmente*”¹⁵ entrará no modelo de regressão como variável dependente.

Em termos de limitações do indicador, importa destacar: (1) os custos de vida divergem entre países; (2) o número de salários, ao ano, varia consoante os países – nalguns são 12, noutros são 14; (3) ao recorrer a esta variável exclui-se uma dimensão mais pessoal e subjetiva de integração, *i.e.* se os indivíduos se sentem, ou não, verdadeiramente integrados no mercado de trabalho; (4) ao tratar-se de rendimento bruto, e não líquido, excluem-se quaisquer deduções fiscais e/ou contribuições, o que poderia trazer maior eficiência aos resultados; (5) trata-se de um valor médio e, por isso, exclui variações no RMB; (6) a pergunta colocada aos emigrantes não especifica que tipo de rendimento se trata, sendo que estes poderão ter considerado outro tipo de rendimentos no seu cálculo, tais como pensões e/ou subsídios (Peixoto *et al*, 2016). De forma a contornar esta última limitação, e tendo em conta que se procura avaliar a integração dos

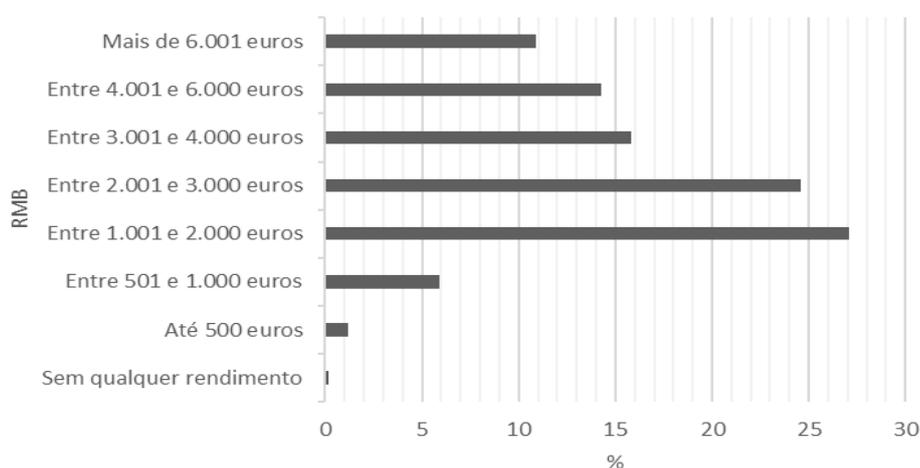
¹⁴ Para efeitos da presente dissertação, testaram-se vários modelos de regressão, com diversas variáveis dependentes (mobilidade socioprofissional, sensação subjetiva de integração, variação do RMB). Porém, nenhum dos modelos garantia a validação dos pressupostos da regressão e, ademais, não se mostraram robustos o suficiente, apresentando capacidades explicativas (R^2 ajustado) abaixo dos 10%.

¹⁵ Por uma questão de simplificação e economia de espaço, denominar-se-á esta variável de Rendimento Médio Bruto (RMB).

novos emigrantes no mercado de trabalho estrangeiro, proceder-se-á a uma seleção de casos, o que significa que a análise estatística, quer a descritiva, quer a do modelo de regressão, terá por base os emigrantes em situação de empregabilidade¹⁶.

Sobre a variável, esta encontra-se subdividida em oito categorias ordinais, sendo que o ponto 1 da escala corresponde a “Sem qualquer rendimento” e o ponto 8 a “Mais de 6001 euros”. A distribuição dos indivíduos pelas categorias encontra-se representada na Figura 2.

Figura 2. RMB, em euros



Fonte: Projeto REMIGR.

Através da Figura 2 e da estatística descritiva da variável¹⁷, verifica-se que a maior percentagem de indivíduos (27,1%) se concentra no grupo que auferem entre 1.001 e 2.000 euros, em termos de RMB, sendo que, em segundo lugar, encontram-se os indivíduos que auferem entre 2.001 e 3.000 euros, com um total de 24,6%. De notar que apenas 0,2% dos inquiridos afirma receber até 500 euros, perfazendo uma minoria face a outros níveis de rendimento.

¹⁶ Considera-se emigrantes em situação de empregabilidade, os indivíduos que responderam estar empregados (com ou sem contrato a termo), serem trabalhadores por conta própria (sem empregados) ou serem empresários (com empregados).

¹⁷ Ver Anexo 5.

3.4. Variáveis independentes

De modo a obter variáveis independentes de natureza adequada para o modelo de regressão, recodificaram-se variáveis originais do projeto REMIGR em quatro variáveis binárias e duas numéricas¹⁸. Dentro das *dummy*, encontram-se: o sexo (feminino vs. masculino); a escolaridade (ensino superior vs. sem ensino superior); a língua oficial do país de destino (portuguesa vs. estrangeira) e as redes sociais (relevantes vs. não relevantes). A idade dos emigrantes e o seu tempo de estadia no país de destino respeitam às variáveis numéricas.

Uma vez que as variáveis se enquadram na caracterização sociodemográfica dos novos emigrantes portugueses (ponto 2.3.2.), proceder-se-á a uma breve análise descritiva das mesmas¹⁹, de forma a identificar o peso dos grupos. Sumariamente, a idade média dos indivíduos corresponde aos 35 anos, o que confirma uma geração de emigrantes mais jovens e em idade ativa. Quanto ao tempo de estadia, mais de 50% da amostra emigrou entre 2012 e 2015 (pico da nova emigração), sendo que a maior percentagem de indivíduos (20,1%) emigrou em 2013. Relativamente ao sexo, o sexo masculino reúne a maioria (54,9%), porém evidencia-se a quase igualdade de sexos entre os novos emigrantes. Os indivíduos são maioritariamente escolarizados, sendo que apenas 0,1% assume não ter qualquer nível de escolaridade, ao passo que 72,2% da amostra afirma ter ensino superior. Quanto à língua oficial dos países, 40,5% dos emigrantes encontrava-se, à data do projeto, num país de língua oficial portuguesa. Finalmente, a maioria dos indivíduos (77,8%) afirma não ter recorrido às redes sociais, especificamente aos laços fortes (amigos e familiares), para obter emprego atual no país de destino, o que equivale à irrelevância das redes para o acesso ao mercado de trabalho.

¹⁸ Ver Anexo 6 sobre a operacionalização e descrição destas variáveis.

¹⁹ Ver Anexo 7, onde constam as estatísticas descritivas das variáveis independentes.

3.5. Análise de dados

Em termos de amostragem, tal como já foi referido, serão analisados apenas os indivíduos em situação de empregabilidade que, no total, perfazem 86,8% do total da amostra, o que equivale a N=4879.

A análise de dados assentará, então, numa dimensão micro, uma vez que se procura apurar os fatores explicativos do RMB dos emigrantes no país de destino, enquanto medida de integração dos mesmos no mercado de trabalho. Da mesma forma, tratar-se-á de uma análise transversal, na medida em que os dados refletem uma observação dos indivíduos num determinado período de tempo²⁰.

Com o intuito de apurar a relação entre RMB (variável dependente) e um conjunto de potenciais variáveis explicativas associadas aos emigrantes (variáveis independentes), proceder-se-á à construção de um modelo de regressão linear múltipla, sendo os parâmetros estimados pelo método dos mínimos quadrados. Em termos estatísticos e econométricos, a fórmula que traduz esta relação é dada por: $\hat{Y}_j = \beta_0 + \beta_1 X_{1j} + \beta_2 X_{2j} + \dots + \beta_p X_{pj} + \varepsilon_j$ ($j = 1, \dots, n$).

Finalmente, para o tratamento dos dados e apresentação dos resultados recorrer-se-á ao software SPSS, um “software de manipulação, análise e apresentação de resultados de análise de dados (...).” (Maroco, 2010:21)

²⁰ Ao contrário dos dados a analisar, os dados de painel refletem uma observação das unidades estatísticas ao longo do tempo e isso mostra-se vantajoso, especialmente na observação do processo de integração dos emigrantes, uma vez que a sua situação pessoal e profissional tende a alterar-se com o tempo (Chiswick *et al.*, 2005). Porém, ao testar a mobilidade socioprofissional enquanto variável dependente, o que permitiria uma análise longitudinal, concluiu-se que a robustez do modelo ficaria comprometida e, por isso, não seria estatisticamente viável.

4. Análise de Resultados

Sendo o objetivo da presente dissertação perceber se o conjunto de preditores selecionado (sexo, língua oficial do país de destino, redes sociais, tempo de estadia, escolaridade e idade) explica, ou não, a integração dos novos emigrantes no mercado de trabalho, medido por via do RMB, em euros, estimou-se um modelo de regressão linear múltipla.

Após a estimação do modelo²¹, obteve-se a seguinte equação: $RMB = 4,145 + 0,728Sexo - 0,432LinguaOficial + 0,321RedesSociais + 0,031TEstadia - 1,164Escolaridade + 0,026Idade$.

Na Tabela II, apresentam-se as medidas de adequabilidade do modelo e as medidas estatísticas associadas a cada um dos fatores explicativos.²²

Tabela II. Fatores Determinantes do RMB

Variáveis explicativas	Beta	t	Significância
Sexo	0,248	13,269	0,000**
Idade	0,157	7,779	0,000**
Tempo de Estadia	0,074	3,884	0,000**
Redes Sociais	0,096	5,050	0,000**
Escolaridade	-0,374	-18,974	0,000**
Língua Oficial	-0,142	-7,161	0,000**
		N	2216
		R²	0,292
		R² ajustado	0,290**
		F (6,2209)	151,972

*p <0,05; **p <0,001

Fonte: elaborado pela autora.

²¹ O modelo foi estimado recorrendo ao Método *Enter*, no SPSS.

²² Ver Anexo 8, onde consta o output do SPSS relativo ao modelo estimado e a análise aos pressupostos da regressão linear múltipla.

Os resultados obtidos, através da estimação do modelo, evidenciam uma correlação de intensidade moderada entre o conjunto de preditores e a variável dependente RMB ($R=0,541$). Ainda sobre a adequabilidade do modelo, este explica 29% da variação do RMB ($R^2_{ajustado}=0,290$), o que revela ser uma capacidade explicativa relativamente reduzida, na medida em que mais de 50% da variação do RMB fica por explicar²³. Não obstante, o modelo é altamente significativo [$F(6,2209) = 151,972$; $p=0,000$], sendo possível prever o nível de rendimento médio bruto dos novos emigrantes a partir do conjunto de preditores seleccionados.

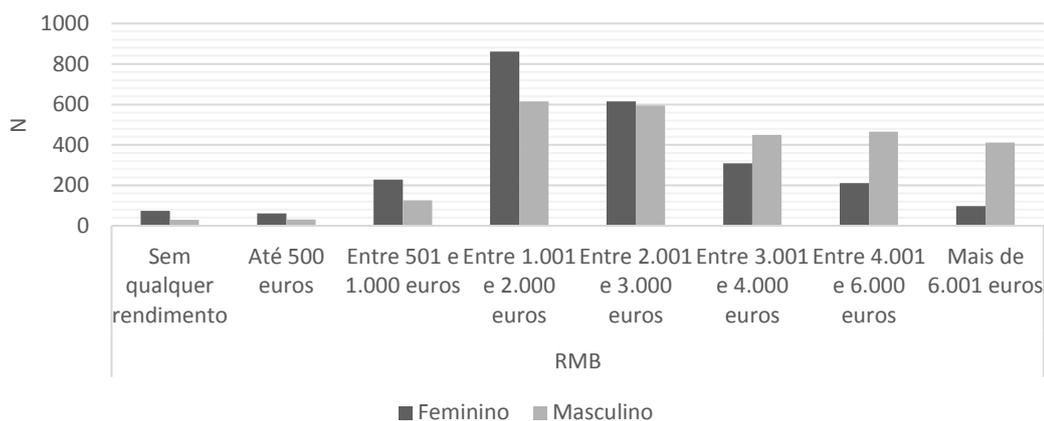
Quanto aos fatores explicativos que constituem o modelo estimado, e considerando um nível de significância de 5%, conclui-se que todas as variáveis explicam significativamente ($p<0,001$) a variação do RMB. Entre todos os preditores, a escolaridade dos emigrantes e o sexo são os fatores com maior capacidade explicativa, sendo que a escolaridade, por si só, explica 11,6% da variação do RMB e o sexo 5,7%²⁴. Por outro lado, o tempo de estadia no país de destino e as redes sociais explicam muito pouco a variação do RMB, apresentando uma percentagem explicativa abaixo de 1%. Tais resultados mostram-se relevantes, na medida em que duas das principais teorias apresentadas na presente dissertação colocam o tempo de estadia e o capital social dos emigrantes no centro do processo de integração (Chiswick, 1978 e Portes, 1995), o que acaba por não se verificar. Porém, salienta-se o facto de ambos os autores referidos enaltecem também a importância da escolaridade dos emigrantes e do seu género, em especial nos ganhos que estes auferem, o que se vem a verificar no presente modelo (Adsera & Chiswick, 2007; Chiswick, 2005 e Portes, 1995).

²³ O que poderá estar relacionado com as limitações da variável dependente, previamente apresentadas.

²⁴ As percentagens apresentadas correspondem aos valores do R^2 Part % para cada variável, apresentados na Tabela 8.3, do Anexo 8.

Relativamente à variável *sexo* ($Beta=0,248$), estima-se que, em média, o RMB das mulheres seja menor comparativamente ao dos homens, mantendo todos os outros fatores constantes. Assim, a par do que a teoria nos diz (Oxaca, 1973), verifica-se que a desigualdade de género afeta, de facto, os *outcomes* do mercado de trabalho, beneficiando o sexo masculino – o que vai de encontro à hipótese em estudo (H1).

Figura 3. RMB, em euros, por sexo dos indivíduos



Fonte: Projeto REMIGR.

A análise à Figura 3 permite ainda retirar uma conclusão relevante em termos de desigualdade nos rendimentos auferidos. Como se observa, nos escalões de rendimento mais baixos, as mulheres estão em maior número. Porém, nos escalões mais elevados do RMB, em especial no último, há uma clara predominância do sexo masculino. Ora, se assumirmos que o RMB dos emigrantes se baseia no seu salário e algum outro tipo de apoio(s) que estes possam receber, então, de certa forma, verifica-se aquilo que Oxaca (1973) nos diz no seu artigo: a desigualdade de género nos rendimentos decorre, em certa parte, do posicionamento das mulheres em carreiras com salários mais baixos.

Quanto à *idade* dos emigrantes ($Beta=0,157$), e mantendo tudo o resto constante, estima-se que por cada ano de idade haja um aumento no valor médio do RMB de 0,157. Isto induz à refutação da hipótese inicial (H2), que assumia que quanto mais jovem o emigrante fosse, maior seria o seu RMB. Porém, apesar da inabalável refutação,

deveremos considerar dois argumentos: (1) primeiro, tal como é referido no enquadramento teórico, os emigrantes mais novos tendem a fazer mais e maiores investimentos na sua formação, esperando recolher ganhos futuros, o que significa que o seu nível de rendimento tenderá a ser superior no longo prazo e, portanto, quando tiverem uma idade mais avançada (Sjaastad, 1962) e, (2) segundo, visto que o tempo de estadia apresenta um efeito positivo na variação do RMB (H3), indivíduos com idade mais avançada, que vivam há mais tempo no país de destino, irão auferir maior rendimento face aos jovens que chegaram há pouco tempo ao país de destino e, daí, os mais jovens auferirem um menor nível de rendimento (Chiswick, 1978).

A par do que acontece com a idade, o *tempo de estadia no país de destino* apresenta também uma relação positiva com a variação do RMB (Beta=0,074). Quer isto dizer que, segundo o modelo estimado, viver mais um ano no país de destino contribui positivamente para o aumento do nível de RMB auferido pelos emigrantes, mantendo todos os outros fatores constantes. Estes resultados, além de confirmarem a hipótese de partida (H3), comprovam aquilo que Barry Chiswick (1978) tem vindo a defender ao longo dos anos: o processo de integração dos migrantes tende a harmonizar-se com o passar do tempo. Isto deriva, pois, do ganho de experiência, da adaptação à cultura inerente ao mercado de trabalho, do ganho de capacidades linguísticas e do ganho de competências – fatores que contribuem positivamente para o nível de rendimento auferido, para o tipo de profissão exercida, em suma, para a integração dos emigrantes no mercado de trabalho (Chiswick, 1978).

Quanto às *redes sociais* (Beta=0,096), o modelo estimado induz à refutação da quarta hipótese em estudo, uma vez que emigrantes que tenham recorrido às redes sociais para obter o seu emprego atual no país de destino auferem um nível de RMB inferior aos emigrantes que não recorreram a este tipo de redes.

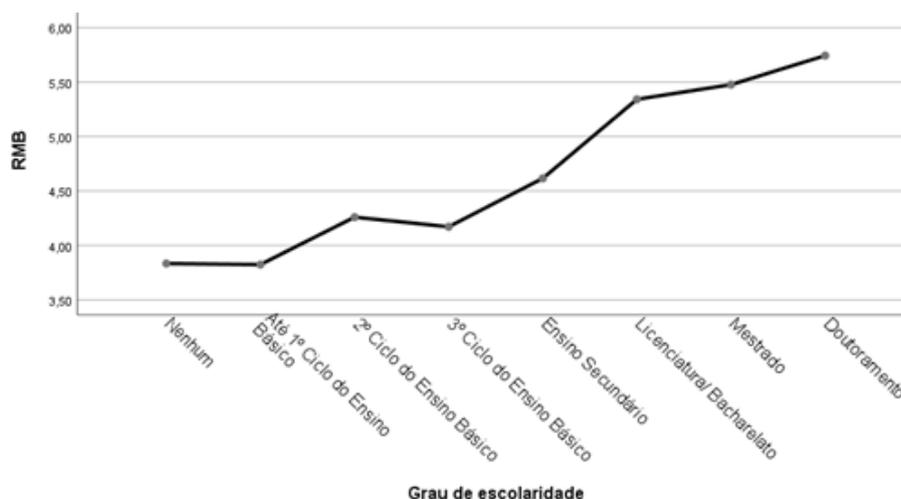
Existem, contudo, alguns argumentos que permitem justificar os resultados encontrados. Segundo a teoria (Granovetter, 1973; Peixoto & Egreja, 2012), são os laços fracos os que mais contribuem para a integração dos novos emigrantes no mercado de trabalho estrangeiro, uma vez que nesse tipo de redes a informação difunde-se mais facilmente, ao passo que os laços fortes representam círculos mais fechados dentro da sociedade. Assim, ao considerar apenas os laços fortes (amigos e familiares) enquanto representantes do capital social, perde-se a preponderância dos laços fracos.

Por outro lado, capital social nem sempre equivale a integração favorável a todos os níveis. Embora as redes sociais contribuam positivamente para a entrada no mercado de trabalho, tal não implica que o nível de rendimento obtido seja elevado. Retomando o que se expôs no capítulo 2, emigrantes que recorrem a processos de recrutamento ou que são destacados pelas empresas, tendem a integrar-se nas grandes empresas, o que equivale a um maior nível de rendimento e a trabalhos mais qualificados (Peixoto & Egreja, 2012). Noutras palavras, conseguem integrar-se no mercado de trabalho primário (Piore, 1979). Por contraste, são os emigrantes que recorrem a redes sociais, nomeadamente aos laços fortes, que tendem a ser integrados no mercado de trabalho secundário, onde os trabalhos são de baixo rendimento e menos qualificados, e em enclaves étnicos, onde predominam os negócios em nome próprio (Piore, 1979; Portes, 1995; Portes & Zhou, 1993). Assim, embora o capital social seja teoricamente importante para o primeiro nível de integração no mercado de trabalho (obter emprego), não garante uma integração favorável a outros níveis, nomeadamente ao nível ocupacional e ao nível de rendimento obtido.

O *grau de escolaridade* dos emigrantes, o preditor mais importante para a variação do RMB, faz parte do grupo de variáveis independentes com efeito negativo na variável dependente (Beta=-0,374). Dito isto, se tudo o resto se mantiver constante, estima-se que o RMB dos emigrantes com ensino superior seja maior do que o RMB dos emigrantes

sem escolaridade ou com nível de escolaridade inferior ao ensino superior, em 0,374. Este resultado confirma não só a hipótese em estudo (H5), como também a hipótese tácita de que o ganho dos indivíduos aumenta com o seu nível de educação (Adsera & Chiswick, 2007; Chiswick *et al.*, 2005).

Figura 4. RMB, em euros, por grau de escolaridade



Fonte: Projeto REMIGR.

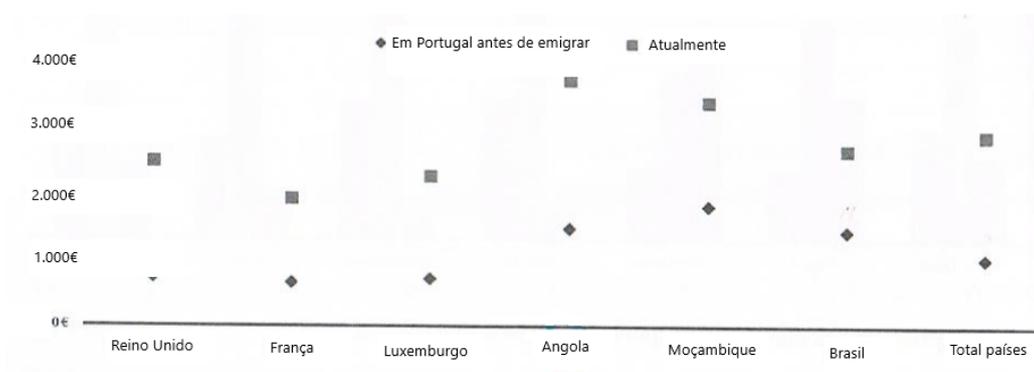
Segundo a Figura 4, há, de facto, um retorno positivo associado ao capital humano dos emigrantes. Em média, quanto maior o grau de escolaridade, maior o RMB que os emigrantes auferem no mercado de trabalho estrangeiro. Enquanto, por exemplo, indivíduos sem escolaridade se situam abaixo do ponto 4 da escala do RMB (entre 1.001 e 2.000 euros), os indivíduos com doutoramento situam-se acima do ponto 5 da escala do RMB (entre 2.001 e 3.000 euros).

Os resultados estimados para a escolaridade encontram-se, assim, de acordo com a teoria exposta na presente dissertação (Piore, 1979; Chiswick *et al.*, 2005). As competências educacionais dos emigrantes parecem, de facto, contribuir positivamente para o seu nível de rendimento no mercado de trabalho e, consecutivamente, para o seu processo de integração (Chiswick *et al.*, 2005). Portanto, a “lei do retorno” verifica-se: o

investimento no capital humano, sob a forma de obtenção de um grau de ensino superior, traz ganhos ao nível do rendimento que os indivíduos auferem no seu país de destino.

Quanto à *língua oficial do país de destino* (Beta=-0,142), o modelo estimado prevê que, mantendo tudo o resto constante, o RMB dos emigrantes a residir em países de língua oficial portuguesa seja superior ao RMB dos emigrantes a residir em países de língua oficial estrangeira. O resultado estimado alinha-se, pois, com a teoria (Adsera & Chiswick, 2007; Chiswick *et al.*, 2005) e com a sexta hipótese em estudo, permitindo não a refutar.

Figura 5. RMB antes de emigrar e depois de emigrar (atualmente)



Fonte: retirado de Peixoto *et al.*, 2016.

Não desfazendo os resultados apurados, deve-se ter em consideração o “efeito Angola”. Ao analisar a variação do RMB, em função da língua oficial do país de destino, verifica-se que todos os valores são positivos, mas há um que se destaca: o de Angola. Neste caso, a variação do RMB²⁵ supera as duas unidades na escala, sendo o país de destino onde o nível de rendimento dos emigrantes é, em média, mais elevado (Figura 5). Fora isso, denota-se que, apesar de haver uma subida mais acentuada no rendimento dos emigrantes que partem para países de língua oficial não-portuguesa, o seu rendimento continua a ser mais baixo face aos emigrantes que partem para os restantes países fora da UE e com língua oficial portuguesa (excetuando Angola).

²⁵ Ver Anexo 9.

Resumidamente, o modelo estimado permite confirmar a hipótese de que o RMB é superior no caso dos emigrantes que partem para países de língua oficial portuguesa, o que apela à importância da semelhança linguística no processo de integração no mercado de trabalho (Adsera & Chiswick, 2007; Chiswick, 2005). Porém, dever-se-á ter em conta (1) o referido “efeito Angola” que, em última análise, poderá ter favorecido os resultados em prol dos países fora da UE e (2) o facto de os emigrantes que residem em países de destino de língua oficial estrangeira já partirem de Portugal com um nível de rendimento comparativamente mais baixo.

Em suma, das seis hipóteses em estudo, apenas duas foram rejeitadas: a hipótese que previa que quanto mais jovens os emigrantes fossem, maior seria o seu nível de rendimento (H2) e a hipótese que previa que o capital social influenciava positivamente o nível de rendimento obtido pelos novos emigrantes (H4). Em ambos os casos, desenvolveram-se argumentos que procuram explicar o porquê da rejeição das hipóteses. Quanto às hipóteses não refutadas, pode-se concluir que ser homem, viver há mais anos no país de destino, ter ensino superior e residir num país de língua oficial portuguesa são características que influenciam positivamente o processo de integração dos novos emigrantes, medido pelo nível de rendimento médio bruto auferido.

Não obstante, qualquer um dos preditores explica significativamente a variação do RMB obtido pelos emigrantes no país de destino, o que implica que todos eles influenciam, de alguma forma, o processo de integração no mercado de trabalho estrangeiro.

5. Conclusão

A emigração portuguesa atravessou várias fases ao longo das últimas décadas. No final da década de '60 e início da década de '70, atravessou uma fase de grande expansão, tendo desacelerado no período posterior. Esta desaceleração dos fluxos de saída tornou-se tão evidente que o tema começou a perder preponderância nos meios social, político e académico. Contudo, após a crise económica que assombrou os países da Europa do Sul, incluindo Portugal, após 2008, o tópico da emigração voltou às luzes da ribalta. Não só pelo crescente número de saídas, como também pelo novo perfil de emigrantes que se estava a formar: mais jovem, mais qualificado e mais “cosmopolita” (Lopes, 2014). Logo, mais atrativo para os média e para o desenvolvimento de estudos acerca da *fuga de cérebros* e da sua importância para o desenvolvimento social e económico do país.

Poucos estudos incidem sobre a integração destes novos emigrantes no mercado de trabalho estrangeiro, o que, em parte, se deve à falta de dados relativos aos novos emigrantes e à sua integração no país de destino. O Projeto REMIGR veio, precisamente, tentar contribuir para esta falta de conhecimento e os seus dados serviram de base para o estudo desenvolvido nesta dissertação.

Assumindo a falta de conhecimento aprofundado acerca da integração dos novos emigrantes no mercado de trabalho estrangeiro, procurou-se apurar, com maior detalhe, quais os fatores que poderão potenciar (ou dificultar) este processo. Assim, recorreu-se ao rendimento médio bruto que os novos emigrantes auferem no país de destino para medir o seu processo de integração no mercado de trabalho estrangeiro. As limitações desta variável dependente foram devidamente apresentadas, mas sublinha-se a ideia de que o RMB, em si, é uma variável limitante: não tem em conta o peso fiscal; não permite diferenciar o número de salários anuais; entre outras. Não obstante, e apesar das limitações, o modelo estimado mostrou-se robusto e altamente significativo, sendo que

todos os fatores considerados (sexo, idade, escolaridade, tempo de estadia, capital social e língua oficial do país de destino) são determinantes do RMB dos novos emigrantes.

Relativamente às hipóteses em estudo, o modelo estimado induziu à refutação de apenas duas: ser mais jovem não implica obter maior rendimento no país de destino, pelo contrário, e obter um emprego por via de familiares/amigos também não implica auferir um maior rendimento. Por outro lado, e de acordo com a teoria (Adsera & Chiswick, 2007), mesmo no país de destino, a desigualdade de género mantém-se: ser homem significa ter maior probabilidade de auferir um rendimento mais elevado. Previu-se também que o tempo de estadia afeta positivamente o RMB: quanto maior o tempo de residência no país de destino, maior o nível de rendimento auferido. Quanto à escolaridade, há, de facto, um retorno positivo para os emigrantes que possuem um grau de ensino superior, o que revela uma apreciação pelas qualificações dos mesmos no mercado de trabalho estrangeiro. Finalmente, concluiu-se que residir num país de destino com semelhança linguística ao país de origem, também contribui positivamente para o RMB auferido.

Estes resultados evidenciam alguns dos desafios contemporâneos ao nível das políticas públicas no âmbito da migração – embora a atuação tenha de ser diferenciada consoante se observa o problema do lado do país de origem ou do de destino. Em primeiro lugar, dever-se-ia investir em políticas que procurassem atenuar a desigualdade salarial entre géneros, quer no país de origem, quer no país de destino, onde a desigualdade se continua a verificar. Da mesma forma, e a par do que é sugerido pela OCDE (2017), os países deveriam desenvolver ferramentas *online* (e outros canais de divulgação), que permitissem aos emigrantes com pouco tempo de estadia no país de destino o acesso a informação básica sobre aspetos relacionados com o mercado de trabalho, e outros. Para os emigrantes que não dominam a língua do país de destino, dever-se-iam desenvolver

programas de aprendizagem da língua oficial, adequados ao nível de conhecimento dos indivíduos ou ao tipo de profissão que desempenham (OCDE, 2017). Relativamente ao ensino, os países de destino deveriam procurar facilitar o reconhecimento das qualificações dos imigrantes e investir na sua formação, uma vez que isso se iria traduzir em benefícios ao nível da produtividade laboral (Chiswick, 1978).

Para o país de origem, neste caso Portugal, as medidas devem ter como objetivo a criação de condições para reter os indivíduos e a criação de incentivos para atrair quem partiu no passado. Neste sentido, por exemplo, o XXI Governo Constitucional lançou o *Programa Regressar*, aprovado pelo Conselho de Ministros a 28 de março de 2019. As medidas do programa objetivam “o retorno dos emigrantes e lusodescendentes, através da introdução de mecanismos facilitadores do regresso e da circulação desses cidadãos (...)” (Presidência do Conselho de Ministros, 2019:1757). Entre as várias medidas, inclui-se a criação de benefícios fiscais para emigrantes que regressem a Portugal.

Finalmente, e voltando ao modelo estimado, sabe-se que as conclusões retiradas partem da análise de apenas uma das dimensões do processo de integração no mercado de trabalho: o rendimento. Assim, sugere-se o desenvolvimento de novos estudos que meçam esta integração através de outras dimensões, por exemplo a mobilidade socioprofissional. Os resultados serão, certamente, diferentes e interessantes de analisar. Sugere-se, também, a aplicação do modelo estimado a uma amostra e/ou país diferente. Isto porque o processo de integração é um processo contínuo, dinâmico e heterogéneo – depende de cada pessoa e de cada contexto sociopolítico e geográfico (Heckmann, 2005).

Estudar migrações implica colocar num só modelo milhares de experiências e vivências diferentes, pois cada pessoa conta uma história diferente. Porém, estudos deste género mostram-se relevantes, porque se não se conhecerem as dificuldades gerais de quem parte à descoberta, nunca se implementarão políticas públicas adequadas.

6. Bibliografia

- Adsera, A. & Chiswick, B. (2007). Are There Gender and Country of Origin Differences in Immigrant Labor Market Outcomes Across European Destinations? *Journal of Population Economics* 20(495), 495-526.
- Baganha, M. I. (1994). As Correntes Emigratórias Portuguesas no Século XX e o seu Impacto na Economia Nacional. *Análise Social* 29(128), 959-980.
- Baganha, M. I. (1999). Migrações Internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos? *Revista Crítica de Ciências Sociais* (52/53), 229-280.
- Candeias, P. & Peixoto, J. (2016). Europe at Their Feet? Free Circulation, Economic Crisis and Exit Strategies of Recent Portuguese Emigrants to the European Union. *Sociologia On Line* (10), 11-31.
- Castles, S. (2010). Entendendo a Migração Global: uma perspetiva desde a transformação social. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana* 18(35), 11-43.
- Castles, S., Haas, H. & Miller, M. J. (1993). *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*, 5ª edição. New York: Palgrave MacMillan.
- Cerdeira, L., Machado-Taylor, M., Cabrito, B. *et al.* (2016). Brain Drain and the Disenchantment of Being a Higher Education Student in Portugal. *Journal of Higher Education Policy and Management* 38(1), 68-77.
- Chiswick, B. (1978). The Effect of Americanization on the Earnings of Foreign-Born Men. *Journal of Political Economy* 86(5), 897-921.
- Chiswick, B., Lee, Y. L. & Miller, P. (2005). A Longitudinal Analysis of Immigration Occupational Mobility: A Teste of the Immigrant Assimilation Hypothesis. *International Migration Review* 39(2), 332-353.

Conselho da União Europeia [CEU] (2004). *Common Basic Principles on Immigrants Integration*. 2618º Encontro do Conselho de Justiça e Assuntos Internos, 14615/04. Bruxelas.

Czaika, M. & Haas, H. (2014). The Globalization of Migration: Has the World Become More Migratory? *International Migration Review* 48(2), 283-323.

Dahlstedt, I. (2010). Measuring Integration. In: Fryklund, B., *et al.* (Ed.), *IMER: Möjligheter Och Gränser: Festskrift till Björn Fryklund*. Sweden: Malmö Institute for Studies of Migration, Diversity and Welfare, pp. 179-196.

Docquier, F., Özden, Ç. & Peri, G. (2013). The Labor Market Effects of Immigration and Emigration in OCDE Countries. *The Economic Journal* 124(579), 1106-1145.

European Commission [EC] (2017). *2017 Report on Equality Between Women and Men in the EU. Belgium*: European Union.

Field, A. (2009). *Discovering Statistics Using SPSS*, 3ª edição. London: SAGE Publications.

Góis, P. & Marques, J. C. (2009). Portugal as a Semi-peripheral Country in the Global Migration System. *International Migration* 47(3), 21-50.

Góis, P. & Marques, J. C. (2018). Retrato de um Portugal Migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. *E-Cadernos CES* (29), 125-152.

Granovetter, M. (1973). The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology* 78(6), 1360-1380.

Haas, H. (2007). Turning the Tide? Why Development Will Not Stop Migration. *Development and Change* 38(5), 819-841.

Heckmann, F. (2005). *Integration and Integration Policies*. Bamberg: European Forum for Migration Studies.

INE (2014). *25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Jackson, J. (1991). *Migrações*. Lisboa: Escher.

Katz, E. & Stark, O. (1986). Labor Migration and Risk Aversion in Less Developed Countries. *Journal of Labor Economics* 4(1), 134-149.

King, R. & Lulle, A. (2016). *Research on Migration: Facing Realities and Maximizing Opportunities. A Policy Brief*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Lopes, T. J. (2014). *Geração Europa? Um estudo sobre a jovem emigração qualificada para a França*, 1ª edição. Lisboa: Mundos Sociais.

Malheiros, J. (2011). Portugal 2010: o Regresso do País de Emigração. *OBSERVARE – Universidade Autónoma de Lisboa* 2(1), 133-142.

Malheiros, J., Oliveira, I. & Albrecht, R. (2017). Portugal: Did the Crisis Aggravate Brain Drain?. In A. Schellinger (Ed.), *Brain Drain – Brain Gain: European Labour Markets in Times of Crisis* (pp. 72-85). Alemanha: The Friedrich-Ebert-Stiftung.

Maroco, J. (2010). *Análise Estatística – Com Utilização do SPSS*, 2ª edição. Lisboa: Edições Sílabo.

Marques, J. C. (2010). A Emigração Portuguesa em Tempos de Imigração. *Polígonos. Revista de Geografia* (20), 115-129.

Marques, J. C. & Góis, P. (2016). Structural Emigration: The Revival of Portuguese Outflows. In: Lafleur, J.-M. e Stanek, M., (Eds.), *Old Routes, New Migrants: Lessons from the South-North Migration of EU Citizens in Times of Crisis*. Heidelberg: Springer, pp. 65-82.

Massey, D., Arango, J., Hugo, G. *et al.* (1993). Theories of International Migration: a Review and Appraisal. *Population and Development Review* 19(3), 431-466.

Oaxaca, R. (1973). Male-Female Wage Differentials in Urban Labor Markets. *International Economic Review* 14(3), 693-709.

Observatório da Emigração (2014-2015). *Inquérito REMIGR aos Portugueses no Estrangeiro 2014-15*. Disponível em www.observatorioemigracao.pt/np4/5916.html.

Observatório da Emigração (2018a). *Portuguese Emigration Factbook 2017*. Lisboa: Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL.

Observatório da Emigração (2018b). *Emigração Portuguesa: Relatório Estatístico 2018*. Lisboa: Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL.

OCDE (2017). *International Migration Outlook 2017*. Paris: OECD Publishing.

Oliveira, C. & Neves, S. (2017). *Emigrantes Portugueses e seus Descendentes no Mercado de Trabalho Europeu*. Lisboa: INE.

Peixoto, J. (2004). As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas. *SOCIUS Working Papers* (11).

Peixoto, J. (2007). Dinâmicas e Regimes Migratórios: O Caso das Migrações Internacionais em Portugal. *Análise Social* 42(183), 445-469.

Peixoto & Egreja (2012). A Força dos Laços Fracos: Estratégias de Emprego entre os Imigrantes Brasileiros em Portugal. *Tempo Social* 24(1), 263-281.

Peixoto, J., Oliveira, I., Azevedo, J. *et al.* (2016). *Regresso ao Futuro: a Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*, 1.^a edição. Lisboa: Gradiva.

Petras, E. (1981). The Global Labor Market in the Modern World-Economy. In: Kritz, M. *et al.* (Ed.), *Global Trends in Migration: Theory and Research on International Population Movements*. New York: Center for Migration Studies, pp. 44-63.

Piore, M. J. (1979). *Birds of Passage. Migrant Labor and Industrial Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.

Portes, A. & Zhou, M. (1993). The New Second Generation: Segmented Assimilation and Its Variants. *Annals of the American Academy of Political and Social Science* 530, 74-96.

Portes, A. (1995). Economic Sociology and the Sociology of Immigration: A Conceptual Overview. In: Portes, A. (Ed.), *The Economic Sociology of Immigration: Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship*. New York: Russell Sage Foundation, pp. 1-41.

Presidência do Conselho de Ministros (2019). *Resolução do Conselho de Ministros n.º 60/2019*. Diário da República n.º 62/2019 – Série I, 1757-1759.

Ravenstein, E.G. (1885). The Laws of Migration. *Journal of the Statistical Society of London* 48(2), 167-235.

Roztocki, N. (2001). *Using Internet-Based Surveys for Academic Research: Opportunities and Problems*. American Society of Engineering Management (ASEM) National Conference.

Sjaastad, L. (1962). The Costs and Returns of Human Migration. *Journal of Political Economy* 70(5), 80-93.

Stalker, P. (2000). *Workers Without Frontiers: The Impact of Globalization on International Migration*. United States of America: Lynne Rienner Publishers.

Stark, O. & Bloom, D. E. (1985). The New Economics of Labor Migration. *The American Economic Review* 75(2), 173-178.

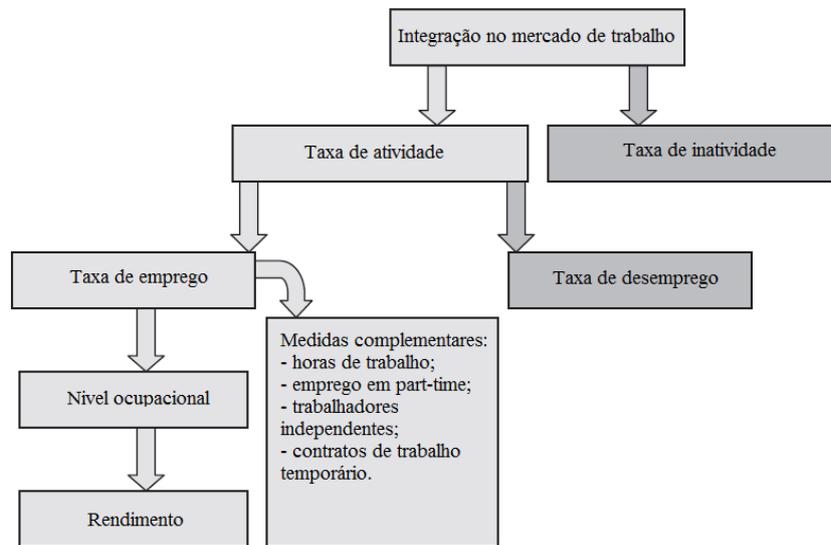
Stark, O. & Taylor, J. E. (1991). Migration Incentives, Migration Types: The Role of Relative Deprivation. *The Economic Journal* 101(408), 1163-1178.

Todaro, M. P. (1969). A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries. *The American Economic Review* 59(1), 138-148.

Triandafyllidou, A. & Gropas, R. (2014). “Voting with Their Feet”: Highly Skilled Emigrants from Southern Europe. *American Behavioral Scientist* 58(12), 1614-1633.

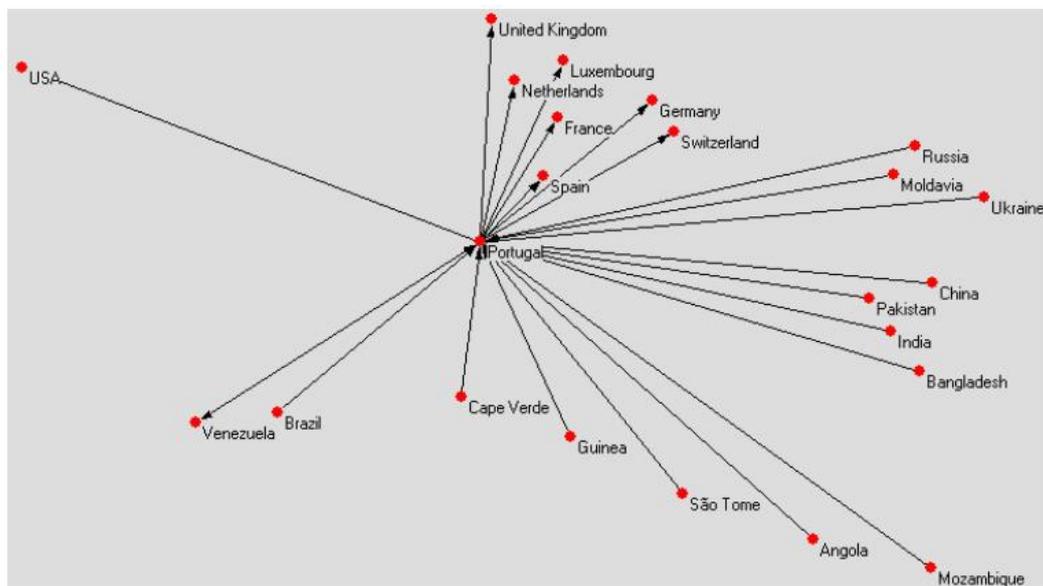
7. Anexos

Anexo 1. Medidas de Integração no Mercado de Trabalho



Fonte: Dahlsted, 2010.

Anexo 2. “Portugal no Sistema Migratório Internacional”

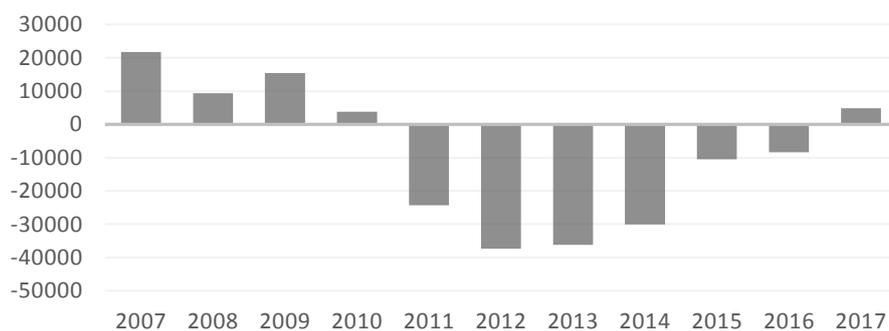


Fonte: Góis e Marques, 2009.

Anexo 3. Emigração portuguesa, entre 2000 e 2017

Ano	Oem Emigrantes	INE		
		Total	Permanentes	Temporários
2000	-	21333	4692	16641
2001	45000	20223	5396	14827
2002	50000	27358	8813	18545
2003	60000	27008	6687	20321
2004	70000	-	6757	-
2005	65000	-	6360	-
2006	75000	-	5600	-
2007	90000	-	7890	-
2008	85000	-	2357	-
2009	75000	-	16899	-
2010	70000	-	23760	-
2011	85000	100978	43998	56980
2012	105000	121418	51958	69460
2013	120000	128108	53786	74322
2014	115000	134624	49572	85052
2015	110000	101203	40377	60826
2016	100000	97151	38273	58878
2017	-	81051	31753	49298
Soma 2011-2014	42500	485128	199314	285814

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Observatório da Emigração (OEM).

Anexo 4. Saldo migratório, entre 2007 e 2017, Portugal

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Anexo 5. Estatística Descritiva da Variável RMB (Output SPSS)

Tabela I. Frequências da Variável RMB

	N	%	% Acumulada
Sem qualquer rendimento	9	0,2	0,2
Até 500 euros	53	1,2	1,4
Entre 501 e 1.000 euros	267	5,9	7,2
Entre 1.001 e 2.000 euros	1236	27,1	34,3
Entre 2.001 e 3.000 euros	1123	24,6	59,0
Entre 3.001 e 4.000 euros	720	15,8	74,8
Entre 4.001 e 6.000 euros	652	14,3	89,1
Mais de 6.001 euros	499	10,9	100,0
Total	4559	100,0	
Missing System	323		
Total	4882		

Fonte: elaborado pela autora, com base no Projeto REMIGR.

Tabela II. Estatística Descritiva da Variável RMB

	Estatística	Erro-padrão
RMB Média	5,3413	0,02217
95% Intervalo de Confiança para a Média	Limite superior Limite inferior	5,2978 5,3848
5% Média aparada	5,3410	
Mediana	5,0000	
Variância	2,241	
Desvio-padrão	1,49688	
Mínimo	1,00	
Máximo	8,00	
Intervalo	7,00	
Intervalo interquartis	3,00	
<i>Skewness</i>	0,222	0,036
<i>Kurtosis</i>	-0,733	0,073

Fonte: elaborado pela autora, com base no Projeto REMIGR.

Anexo 6. Tabela de Operacionalização das Variáveis Independentes

Variável	Código da variável original	Operacionalização	Descrição
<i>Idade</i>	-	Variável numérica construída pelos autores do projeto REMIGR, a partir da pergunta “Em que ano nasceu?” (Q5).	Idade em anos.
<i>Sexo</i>	Q6	Variável binária (<i>dummy</i>), em que 1 corresponde ao sexo masculino e 0 ao sexo feminino.	Sexo dos indivíduos.
<i>Língua Oficial do País de Destino</i>	Q7	Variável binária, em que 0 corresponde aos países de destino com língua oficial portuguesa e 1 aos países de destino com língua oficial estrangeira. Para a construção desta variável, selecionaram-se três países de destino para representar cada uma das categorias. Dentro da UE: França, Luxemburgo e Reino Unido. Fora da UE: Angola, Brasil e Moçambique.	Países de destino dos indivíduos, diferenciados pela sua língua oficial.
<i>Redes Sociais</i>	Q85	A opção metodológica encontra justificação no facto de (1) os seis países selecionados serem os principais países de destino dos inquiridos e (2) de esta seleção permitir a eliminação de <i>outliers</i> . Variável binária, em que 0 corresponde à existência/utilização de redes sociais, mais precisamente laços fortes (familiares/amigos), na obtenção do emprego atual no país de destino e 1 à inexistência/não utilização de redes sociais neste processo. ²⁶ Na categoria 1, inserem-se os indivíduos que obtiveram o seu emprego de uma das seguintes formas: recrutamento; destacamento; serviços de empregabilidade; resposta a anúncio ou criação do próprio emprego.	Relevância das redes sociais, mais precisamente dos laços fortes (familiares/amigos), na obtenção do emprego atual no país de destino.

²⁶ A variável Q85 não inclui categorias relativas aos laços fracos e, por essa razão, consideraram-se apenas os laços fortes, relativos ao apoio de amigos e familiares dos emigrantes na obtenção de emprego.

		A variável exclui qualquer outro tipo de apoio recebido por parte das redes sociais, uma vez que se pretende focar a análise no mercado de trabalho.	
<i>Tempo de estadia</i>	Q8	Variável numérica construída a partir da variável “Em que ano veio viver para o país de destino?”, tendo como referência o ano 2015. Assim, 0 (valor mínimo) corresponde aos indivíduos que emigraram em 2015 para o país de destino e 15 (valor máximo) corresponde aos que emigraram no ano de 2000.	Tempo de estadia no país de destino, em anos.
<i>Escolaridade</i>	Q33	Variável binária, em que 0 corresponde aos indivíduos com ensino superior e 1 aos indivíduos com nenhum grau de escolaridade ou escolaridade inferior ao ensino superior.	Escolaridade dos indivíduos.

Fonte: elaborado pela autora, com base no Projeto REMIGR.

Anexo 7. Estatística Descritiva das Variáveis Independentes (Output SPSS)

Tabela I. Estatística Descritiva da Variável “Idade”

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-Padrão
Idade	4846	17,00	74,00	35,0807	8,41574
Valid N (listwise)	4846				

Fonte: elaborado pela autora, com base no Projeto REMIGR.

Tabela II. Estatística Descritiva da Variável “Escolaridade”

	N	%	% Acumulada
Ensino Superior	3526	72,4	72,4
Sem Ensino Superior	1346	27,6	100,0
Total	4872	100,0	
Missing System	10		
Total	4882		

Fonte: elaborado pela autora, com base no Projeto REMIGR.

Tabela III. Frequências da Variável “Tempo de Estadia”

	N	%	% Acumulada
0,00	18	0,4	0,4
1,00	583	11,9	12,3
2,00	981	20,1	32,4
3,00	958	19,6	52,0
4,00	582	11,9	63,9
5,00	326	6,7	70,6
6,00	289	5,9	76,5
7,00	277	5,7	82,2
8,00	228	4,7	86,9
9,00	170	3,5	90,4
10,00	106	2,2	92,5
11,00	88	1,8	94,3
12,00	86	1,8	96,1
13,00	51	1,0	97,2
14,00	59	1,2	98,4
15,00	80	1,6	100,0
Total	4882	100,0	

Fonte: elaborado pela autora, com base no Projeto REMIGR.

Tabela IV. Estatística Descritiva da Variável “Qual o grau de escolaridade mais elevado que concluiu?”

	N	%	% Acumulada
Nenhum	7	0,1	0,1
Até 1º Ciclo do Ensino Básico	60	1,2	1,4
2º Ciclo do Ensino Básico	123	2,5	3,9
3º Ciclo do Ensino Básico	296	6,1	10,0
Ensino Secundário	860	17,7	27,6
Licenciatura/ Bacharelato	2013	41,3	68,9
Mestrado	1244	25,5	94,5
Doutoramento	269	5,5	100,0
Total	4872	100,0	
Missing System	10		
Total	4882		

Fonte: elaborado pela autora, com base no Projeto REMIGR.

Tabela V. Estatística Descritiva da Variável “Sexo”

	N	%	% Acumulada
Feminino	2202	45,1	45,1
Masculino	2677	54,9	100,0
Total	4879	100,0	
Missing System	3		
Total	4882		

Fonte: elaborado pela autora, com base no Projeto REMIGR.

Tabela VI. Estatística Descritiva da Variável “Língua Oficial do País de Destino”

	N	%	% Acumulada
Língua Oficial PT	1271	40,5	40,5
Língua Oficial Estrangeira	1866	59,5	100,0
Total	3137	100,0	
Missing System	1745		
Total	4882		

Fonte: elaborado pela autora, com base no Projeto REMIGR.

Tabela VII. Estatística Descritiva da Variável “Redes Sociais”

	N	%	% Acumulada
Relevante	802	22,2	22,2
Não relevante	2818	77,8	100,0
Total	3620	100,0	
Missing System	1262		
Total	4882		

Fonte: elaborado pela autora, com base no Projeto REMIGR.

Anexo 8. Regressão Linear Múltipla (Output SPSS)

Tabela I. Medidas de Qualidade do Modelo

Modelo	R	R ²	R ² ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	0,541 ^a	0,292	0,290	1,23399	1,589

Fonte: elaborado pela autora, com base no Projeto REMIGR.

Anexo II. Adequabilidade do modelo

ANOVA ^a						
Modelo		Soma dos quadrados	df	Média Quadrática	F	Sig.
1	Regressão	1388,477	6	231,413	151,972	,000 ^b
	Residual	3363,714	2209	1,523		
	Total	4752,191	2215			

Fonte: elaborado pela autora, com base no Projeto REMIGR.

Anexo III. Coeficientes de Regressão

Modelo	Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados		t	Sig.	Estatísticas de Colinearidade ²⁷	
	B	Erro-padrão	Beta				R ² Part%	Tolerância
1 (Constante)	4,145	0,135			30,709	0,000		
<i>Sexo</i>	0,728	0,055	0,248		13,269	0,000	5,7	0,917 1,090
<i>Redes Sociais</i>	0,321	0,064	0,096		5,050	0,000	0,8	0,896 1,116
<i>Tempo de Estadia</i>	0,031	0,008	0,074		3,884	0,000	0,5	0,888 1,126
<i>Escolaridade</i>	-1,164	0,061	-0,374		-18,974	0,000	11,6	0,824 1,214
<i>Língua Oficial</i>	-0,432	0,060	-0,142		-7,161	0,000	1,6	0,812 1,232
<i>Idade</i>	0,026	0,003	0,157		7,779	,000	1,9	0,791 1,264

Fonte: elaborado pela autora, com base no Projeto REMIGR.

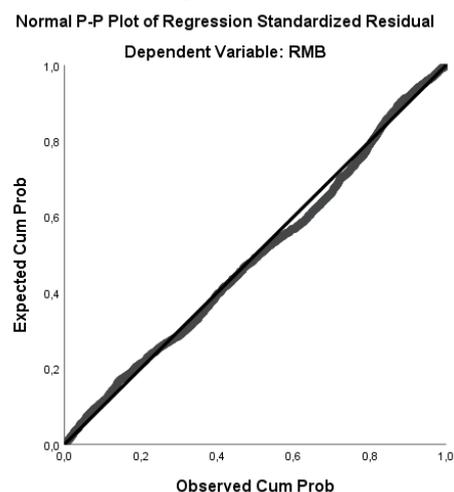
²⁷ Os valores de Tolerância acima de 0,2 e os valores do VIF inferiores a 5 permitem confirmar um dos pressupostos da regressão linear múltipla: inexistência de multicolinearidade ou independência dos fatores explicativos.

Anexo IV. Testes à Normalidade dos Resíduos

	Kolmogorov-Smirnov			Shapiro-Wilk		
	Estatística	df	Sig.	Estatística	df	Sig.
Resíduos estandardizados	0,041	2216	0,000	0,995	2216	0,000

Fonte: elaborado pela autora, com base no Projeto REMIGR.

Figura 8.1. Distribuição dos Resíduos (P-P Plot)



Fonte: elaborado pela autora, com base no Projeto REMIGR.

Pressuposto da distribuição normal dos erros

O resultado do teste de Kolmogorov-Smirnov [$K-S(2216) = 0,041; p=0,000$], induz à rejeição da hipótese de que os resíduos seguem uma distribuição normal. Porém, ao analisar graficamente a distribuição, através da Figura x, conclui-se que os resíduos tendem a aproximar-se de uma distribuição normal, na medida em que os pontos sobrepõem, quase todos, a linha de tendência diagonal. Tal, vai de encontro ao que nos é dito pelo Teorema do Limite Central: em amostras com N elevado, como é o caso ($N=2385$), a distribuição tende a aproximar-se da normal (Field, 2009).²⁸

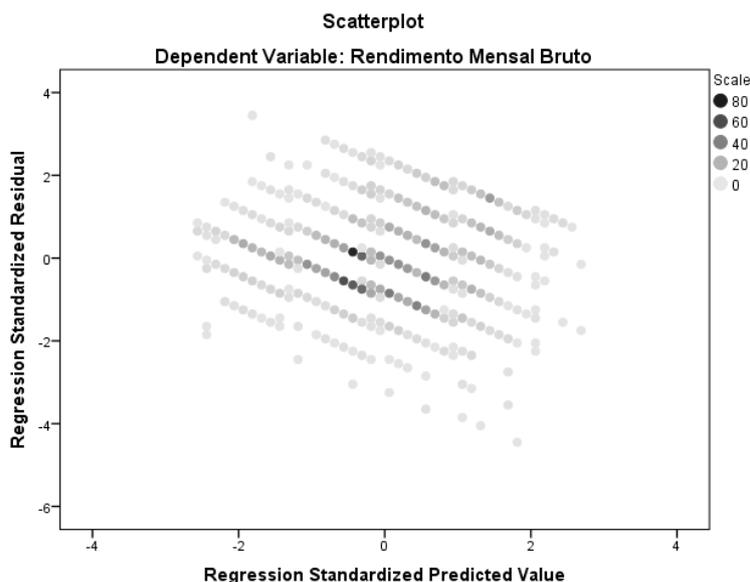
Tabela VI. Testes à Variância dos Resíduos²⁹

Teste	Estatística	Sig.
White	114,53	0,001
Breusch-Pagan	91,862	0,000
Koenker	81,716	0,000

Fonte: elaborado pela autora, com base no Projeto REMIGR.

²⁸ Tal como o autor (Field, 2009) sugere: transformar a variável dependente (RMB), de forma a garantir o pressuposto da normalidade, colocaria em causa a robustez do modelo e, por essa razão, não se procedeu à sua transformação.

²⁹ Nota: os Testes de Breusch-Pagan e de Koenker derivam de um output do SPSS, mediante a utilização de uma ferramenta que permitiu o seu cálculo. Já o Teste de White não resulta de um output do SPSS, tendo sido calculado de acordo com as fórmulas apresentadas por João Maroco (2010).

Figura 8.2. Diagrama dos Resíduos

Fonte: elaborado pela autora, com base no Projeto REMIGR.

Pressuposto da homogeneidade dos resíduos

Os resultados dos testes para a variância dos resíduos (Tabela x) induzem à rejeição da hipótese “as variâncias dos resíduos são homogêneas” (Maroco, 2010:582). Contudo, a análise gráfica à Figura x permite evidenciar uma distribuição aleatória dos resíduos em torno da origem dos eixos, característica que se associa à presença de homocedasticidade, ou, por outras palavras, homogeneidade de variâncias. Relativamente à violação dos pressupostos anteriores, por via dos testes aplicados, importa referir que “se o modelo estatístico continua a ser adequado, mesmo com a violação dos pressupostos, diz-se ser um teste robusto.” (Field, 2009:155).

Anexo 9. Variação do RMB, em euros, por país³⁰

	Países Língua Oficial Estrangeira			Países Língua Oficial Portuguesa		
	França	Luxemburgo	Reino Unido	Angola	Brasil	Moçambique
<i>RMB_{var}</i>	1,31	1,76	1,83	2,03	1,17	1,47

Fonte: elaborado pela autora, com base no Projeto REMIGR

³⁰ A variação do RMB corresponde à diferença entre o rendimento médio bruto que os emigrantes auferem no país de destino e o rendimento que auferiam em Portugal. Por essa razão, valores positivos correspondem a um ganho. Ademais, os valores apresentados correspondem a uma média dessa variação, por país.